

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES

2016

2017

Procuradoria Especial da Mulher

Brasília – 2018

Procuradoria
Especial da Mulher



SENADO
FEDERAL



SENADO FEDERAL

Mesa Diretora

Biênio 2017-2018

Senador Eunício Oliveira

PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador José Pimentel

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Zezé Perrella

QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Eduardo Amorim

Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre

Senador Cidinho Santos

Diretoria-Geral

Ilana Trombka

DIRETORA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Procuradoria Especial da Mulher

Senadora Vanessa Grazziotin

PROCURADORA

Rita Polli Rebelo

COORDENADORA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Lunde Braghini Junior

Ramíla Moura

Paula Bento

ASSESSORIA LEGISLATIVA

Isis Marra

SECRETÁRIAS

Evelly Leal

Lúcia Malaquias

APOIO

Francisco Miguel Lopes da Silva

Maria do Amparo

William Marques

Fernanda Santos

Menor Aprendiz

Queise Freire

AGRADECIMENTOS

A ProMul agradece aos órgãos públicos e às entidades parceiras mencionadas a seguir pela receptividade ao diálogo e por terem compreendido, com espírito de alteridade e perseverança, a importância do significado da questão feminina como tema transversal. Somos testemunhas de que o sentimento do bem comum foi compartilhado em todas as ações, cuja excelência só foi possível com o apoio de cidadãs, cidadãos e entidades dos movimentos sociais. Parabéns a todas e a todos.

Senado Federal

Presidência, Mesa Diretora, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Secretaria de Comunicação Social, Instituto Legislativo Brasileiro, Instituto DataSenado, Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, e Observatório da Mulher contra Violência.

Câmara dos Deputados

Presidência, Mesa Diretora, Secretaria da Mulher, Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria de Comunicação Social, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, e Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional.

Órgãos Públicos

Ministério da Justiça
Ministério da Saúde
Ministério da Defesa
Ministério das Relações Exteriores
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Superior do Trabalho
Conselho Nacional de Justiça
Conselho Nacional do Ministério Público
Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
Universidade de Brasília (UnB) – Decanato de Extensão
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Escola Nacional de Administração Pública
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Casa da Mulher Brasileira em Brasília – DF
Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do DF
Juizados dos Núcleos do Ministério Público e da Defensoria Pública
Centro Judiciário da Mulher do Distrito Federal
Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (UnB)

Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal
Secretaria de Esporte do Governo de Brasília
Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo de Brasília
Secretaria de Saúde do Governo de Brasília
Secretaria de Cultura do Governo de Brasília
Governo de Brasília
União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais
Museu Nacional – Conjunto Cultural da República

Representações Internacionais

ONU Mulheres Brasil
Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)
Banco Mundial
Embaixada da Áustria
Embaixada da Austrália
Embaixada da Bolívia
Embaixada da China
Embaixada da Nicarágua
Embaixada da Mongólia
Embaixada de Belarus
Embaixada de Cuba
Embaixada de El Salvador
Embaixada do México

Entidades da Sociedade Civil

União Brasileira de Mulheres (UBM)
União da Juventude Socialista (UJS MULHER)
União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
União Nacional de Estudantes (UNE)
União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)
União Nacional LGBT (UNA)
Fórum de Mulheres do Mercosul
Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Distrito Federal
Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)
Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (Recomeçar)
ONG Aconchego
ONG Crioula
Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM)
Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA)
Instituto Avon
Grupo Mulheres do Brasil (MdB)

Maurício de Sousa Produções
Revista Claudia
Revista Marie Claire
Anntas Pensem Fora da Caixa
Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAPP)
Movimento Orgulho Autista do Brasil (MOAB)
Healthy Women, Healthy Economies – Merck Brasil
Johnson & Johnson
Plan International
Instituto Roche
Instituto Onco-Vida
Marcha das Margaridas
Marcha das Mulheres Negras
Marcha Mundial das Mulheres
Central Organizada de Matriz Africana (AFROCOM)
Articulação de Organizações de Mulheres Negras (ANNB)
Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
Associação Brasileira das Empregadas Domésticas
Associação Brasileira de Municípios
Associação de Mulheres Empreendedoras (AME)
Associação de Mulheres Promotoras Legais Populares
Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – Brasília
Casa Laudelina de Campos Mello
Casa Frida – São Sebastião – DF
Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)
Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)
Conselho Nacional Procuradores Gerais (CNPGE)
Instituto dos Advogados Previdenciários (IAPE)

Entidades Sindicais

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Força Sindical
Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
União Geral dos Trabalhadores (UGT Mulher)
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SUMÁRIO

2	Senado Federal	33	4. Publicações
2	Mesa Diretora	38	5. Exposições Fotográficas
2	Procuradoria Especial da Mulher	42	6. Projeto Pauta Feminina
3	Agradecimentos	66	7. Oficina – Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida
9	Palavra da Procuradora	73	8. Campanha Mais Mulheres na Política
11	Bancada Feminina no Senado	74	8.1 Lançamentos
13	Mulheres em destaque	78	9. Seminário Internacional
13	Presidentes de Comissões	85	10. Destaques
13	Vice-presidentes de Comissões		
14	1. Apresentação		
14	1.1 Missão		
14	1.2 Visão		
14	1.3 Valores		
14	1.4 Como criar Procuradorias Especiais nos Estados e Municípios		
16	2. Atividade Legislativa		
17	2.1 Conquistas Legais		
19	3. Comunicação		
19	3.1 A página da ProMul e Mídias Sociais		
19	a. Facebook		
21	b. <i>Twitter</i> - criado em maio de 2016		
23	c. Site		
25	3.2 Jornal Senado Mulher		
25	3.3 Assessoria de imprensa		
25	3.4 Pronunciamentos		
26	3.5 Artigos Publicados		

PALAVRA DA PROCURADORA

Este Relatório presta contas das atividades da Procuradoria Especial da Mulher do Senado nos últimos dois anos e expressa o compromisso da bancada feminina com as aspirações das mulheres brasileiras.

Ao estabelecer o diálogo com órgãos públicos, organismos internacionais e entidades dos movimentos sociais organizados e abrir as portas do Poder Legislativo para a comunidade, a fim de continuar as ações de 2015, as senadoras mostraram o quanto a luta em defesa da ampliação da presença das mulheres em todos os espaços de poder é necessária e elementar.

O projeto Pauta Feminina, que alcançou sua 50ª vitoriosa edição em dezembro de 2017, trouxe especialistas, representantes dos poderes Executivo e Judiciário e de organismos internacionais, e usuárias dos serviços públicos para tratar de temas sensíveis às mulheres nas áreas de trabalho e inclusão financeira, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, direitos humanos e violência contra as mulheres.

O seminário internacional Mulheres no Poder: Diálogos sobre empoderamento político, social e enfrentamento à violência, em dezembro de 2016, recebeu, no auditório Petrônio Portella, mais de quinhentas mulheres vindas de todo o Brasil, o que permitiu inédito debate de alto nível e plena interação com entidades dos movimentos de mulheres.

Os *folders* comparativos entre o número de mulheres na política e o mapa da violência, nas versões português e bilíngue, evidenciaram a urgente tomada de decisão por parte dos órgãos componentes da rede de proteção à mulher para o adequado acolhimento de mulheres em situação de violência e o combate ao feminicídio.

O livro *Mais Mulheres na Política*, retrato da sub-representação feminina no poder, editado em parceria com deputadas e órgãos de representação feminina na Câmara dos Deputados, revelou-se fonte obrigatória de informação qualificada sobre o mapa eleitoral pós-2014 do ponto de vista das mulheres.

O mapa encartado ao livro, em edição colorida e didática, é estampado hoje em muitos gabinetes de deputadas estaduais e distritais, vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas, secretárias estaduais e municipais em todo o Brasil.

A oficina Senado Mulheres nas Casas Legislativas inovou ao levar aos estados as ações das senadoras e colher localmente subsídios para formulação de projetos e políticas capazes de dar resposta às gritantes desigualdades no mundo do trabalho, na área de diversidade e nos números regionais da violência contra a mulher.

O jornal mensal Senado Mulher, em sua 39ª edição, nas versões impressa e digital, foi mensageiro das ações da bancada feminina e deu voz a trabalhadoras da cidade, do campo e das águas, estudantes, líderes comunitárias, negras, brancas, indígenas, ciganas, de todas as idades, níveis de escolaridade e crenças religiosas, com ou sem deficiência física e intelectual.

Esperamos nos manter ao lado dessas mulheres inquietas e questionadoras na luta de resistência ao inaceitável e iminente retrocesso na legislação. Senadoras, estivemos e estaremos juntas em momentos marcantes na vida de brasileiras e de brasileiros, em favor da dignidade coletiva e da emancipação de toda a sociedade.

Mulheres, em 2018, nenhum direito a menos!
Abraços fraternos e boa leitura!



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Procuradora Especial da Mulher
Senado Federal

BANCADA FEMININA NO SENADO



Ana Amélia (PP-RS)



Ângela Portela (PDT-RR)



Fátima Bezerra (PT-RN)



Gleisi Hoffmann (PT-PR)



Kátia Abreu (PDT-TO)



Lídice da Mata (PSB-BA)



Lúcia Vânia (PSB-GO)



Maria do Carmo (DEM-SE)



Marta Suplicy (MDB-SP)



Rose de Freitas (PODE-ES)



Regina Sousa (PT-PI)



Simone Tebet (MDB-MS)

MULHERES EM DESTAQUE

Presidentes de Comissões



Marta Suplicy (MDB-SP) –
Comissão de Assuntos Sociais
– CAS



Regina Sousa (PT-PI) –
Comissão de Direitos Humanos
e Legislação Participativa – CDH



Fátima Bezerra (PT-RN) –
Comissão de Desenvolvimento
Regional e Turismo – CDR



Lúcia Vânia (PSB-GO) –
Comissão de Educação,
Cultura e Esporte – CE



Elcione Barbalho (MDB-PA) –
Comissão Permanente Mista
de Combate à Violência contra
a Mulher – CMCVM



Rose de Freitas (PODE-ES) –
Comissão Mista da Medida
Provisória nº 787, de 2017 –
CMMPV nº 787/2017



Bruna Furlan (PSDB-SP) –
Comissão Mista de Controle das
Atividades de Inteligência – CCAI

Vice-presidentes de Comissões



Lídice da Mata (PSB-BA) –
Comissão de Desenvolvimento
Regional e Turismo – CDR



Rose de Freitas (PODE-ES) –
Comissão Permanente Mista de
Combate à Violência contra a
Mulher – CMCVM



Lúcia Vânia (PSB-GO) –
Comissão Mista Especial sobre a
Lei Kandir – CME Lei Kandir



Laura Carneiro (DEM-RJ) – Comissão
Mista da Medida Provisória nº 768, de
2017 – CMMPV nº 768/2017
Comissão Mista de Planos, Orçamentos
Públicos e Fiscalização – CMO

1. APRESENTAÇÃO

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal (ProMul) foi criada por meio da Resolução nº 9, em 27 de março de 2013, pelo então presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), que designou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como primeira Procuradora no biênio 2013/2015, tendo sido reconduzida para o período de 2015/2016.

O órgão de representação da bancada feminina atua para construir uma cultura que expresse valores de igualdade, equidade, respeito, atenção e empoderamento, ancorada em iniciativas legislativas em favor da luta emancipacionista das mulheres.

Suas ações são pelo incentivo à participação ativa das mulheres em todas as instâncias de poder como condição essencial para a garantia dos direitos da população feminina.

As ações da ProMul têm em vista identificar problemas e promover a avaliação crítica da realidade da condição de vida da metade feminina da população com o objetivo de formular proposições legais como forma de superar as desigualdades entre mulheres e homens.

1.1 MISSÃO

Zelar, fiscalizar e incentivar os direitos da mulher, criando mecanismos de empoderamento em situações de desigualdade de gênero e raça.

1.2 VISÃO

Ser referência na condução dos assuntos de gênero e raça no País.

1.3 VALORES

- ▶ Zelar pela mulher e seus direitos em todas as áreas da sociedade.
- ▶ Fiscalizar e propor políticas que aprimorem a igualdade de gênero.
- ▶ Influenciar no controle de ações que interfiram diretamente nos direitos da mulher.
- ▶ Defender o respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade.
- ▶ Incentivar o empoderamento da mulher, visando condições de igualdade.

1.4 COMO CRIAR PROCURADORIAS ESPECIAIS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

A Procuradoria Especial da Mulher, nas assembleias legislativas e câmaras municipais, é mais um espaço de representação das mulheres para que iniciativas legislativas possam contribuir para reforçar a luta pela emancipação feminina.

Passo a passo para criação de Procuradoria da Mulher em Casas Legislativas:

1- Verificar quais tipos de proposição legislativa disponíveis na Casa Legislativa;

- 2- Utilizar a mais adequada, normalmente “Projeto de Resolução”;
- 3- Apresentar esse projeto de proposição legislativa na respectiva Casa;
- 4- Utilizar o texto seguinte como sugestão:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ___/_____

Dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa/Câmara Municipal, do Estado/Município _____ e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa/Câmara Municipal do Estado/Município aprova a seguinte Resolução:

Art. 1º. A Procuradoria da Mulher, órgão interno e independente desta Casa Legislativa, é formada por Procuradoras Deputadas/Vereadoras e contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Assembleia/Câmara.

Art. 2º. A Procuradoria da Mulher será constituída de 1 (uma) Procuradora da Mulher e de ___ (____) Procuradoras Adjuntas, designadas pelo Presidente da Assembleia Legislativa/Câmara Municipal, eleitas pela bancada feminina da Assembleia Legislativa/Câmara Municipal, a cada ___ (____) anos, no início da Legislatura.

§ 1º. As Procuradoras Adjuntas terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira e, nessa ordem, substituirão a Procuradora Especial da Mulher em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da Procuradoria.

§ 2º. Os mandatos da Procuradoria da Mulher acompanharão a periodicidade da eleição da Mesa Diretora.

Art. 3º. Compete à Procuradoria da Mulher zelar pela participação mais efetiva das Deputadas/Vereadoras nos órgãos e nas atividades da Assembleia/Câmara e ainda:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violências e discriminação contra a mulher;

II - fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual/municipal, que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a

implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito estadual/municipal;

III - cooperar com o Poder Judiciário, com os organismos nacionais e internacionais, e com os órgãos públicos e privados voltados à aplicação de políticas para as mulheres;

IV - promover pesquisas, seminários, palestras e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como sua pouca representação na política, para fins de divulgação pública e também como subsídio às Comissões Temáticas da Assembleia/Câmara.

Art. 4º. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher terá ampla divulgação pelo órgão de comunicação da Assembleia/Câmara.

Art. 5º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com a nomeação imediata das procuradoras.

Local e data

Deputada/Vereadora

Procuradorias pelo Brasil

Estaduais

- Amazonas
- Amapá
- Ceará
- Distrito Federal
- Espírito Santo
- Maranhão
- Paraná
- Rio Grande do Sul
- Roraima
- São Paulo
- Sergipe

Municipais

- Campo Grande – MS
- Jacutinga – MG
- Marabá – PA
- Mariana – MG
- Parintins – AM
- Pederneiras – RS
- Penha – SC
- Novo Hamburgo – RS
- São Paulo – SP
- Sítio do Mato – BA

2. ATIVIDADE LEGISLATIVA

A ProMul acompanha semanalmente proposições legislativas referentes à mulher em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. O intuito é subsidiar tanto parlamentares quanto órgãos e setores externos a propor temas e sugerir convidados para audiências públicas, em favor de orientar e esclarecer propostas de interesse comum. Além disso, abrange respostas a solicitações do *Alô Senado* e outros meios de comunicação referentes a questionamentos sobre políticas de gênero, conforme gráfico 1.



Gráfico 1: Demandas por meios de comunicação

No gráfico 2 estão dispostas as proposições acompanhadas de 2016 e 2017, classificadas por temas:

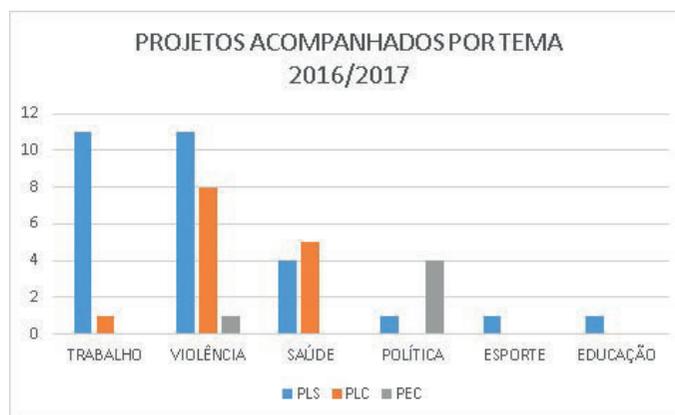


Gráfico 2: Quantitativo de proposições legislativas, por temas.

2.1 CONQUISTAS LEGAIS

Resoluções do Senado Aprovadas em 2016

Nº 06

Acrescenta § 5º ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal para conferir ao Instituto de Pesquisa DataSenado a atribuição de produzir análises e relatórios estatísticos para subsidiar a avaliação de políticas públicas a cargo das comissões permanentes do Senado Federal.

Nº 07

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal para criar o Observatório da Mulher contra a Violência e os cargos de Analista Legislativo, especialidades Pesquisador de Opinião e Estatístico, e estabelecer as respectivas atribuições.

Leis Aprovadas em 2016

Nº 13.271

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

Nº 13.272

Institui o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte.

Nº 13.306

Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade.

Nº 13.362

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que “dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”, para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência.

Leis Aprovadas em 2017

Nº 13.421

Institui a Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher, que será comemorada na última semana do mês de novembro.

Nº 13.422

Fica inscrito o nome de Clara Camarão no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Nº 13.423

Fica inscrito o nome de Antonia Alves Feitosa, conhecida como Jovita Alves Feitosa, no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Nº 13.427

Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Nº 13.433

Fica inscrito o nome de Zuzu Angel no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Nº 13.434

Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato.

Nº 13.435

Institui agosto como Mês do Aleitamento Materno.

Nº 13.436

Altera a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação.

Nº 13.505

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

3. COMUNICAÇÃO

Contempla planejamento, coordenação e execução de estratégias de divulgação das atividades do órgão e das parlamentares referentes às questões de gênero. O objetivo é aproximar as relações com entidades parceiras, meios de comunicação, formadores de opinião e a sociedade de forma indistinta.

Atividades:

- gestão da página da Procuradoria no Portal do Senado;
- produção do jornal *Senado Mulher*;
- execução do projeto *Pauta Feminina*;
- coprodução do programa *Pautas Femininas* com a equipe da Rádio Senado;
- gestão da página da ProMul no *Facebook*;
- gestão do *Twitter*;
- assessoria de imprensa;
- produção de vídeos;
- produção de cartilhas/livretos/folders;
- produção de pronunciamentos; e
- clipagem de notícias.

3.1 A PÁGINA DA PROMUL E MÍDIAS SOCIAIS

a. Facebook

A página do ProMul no *Facebook* foi criada em 17 de setembro de 2013. Começou com 235 curtidas e hoje alcança mais de cinco mil pessoas por semana. Os gráficos abaixo mostram a página, seu desenvolvimento nos últimos dois anos e o principal público.



Figura 1: Página do *Facebook*



Gráfico 3: Número de seguidores: 13.070 (01/01/2016 a 31/12/2017)



Gráfico 4: Total de curtidas na página até hoje: 13.084 (01/01/2016 a 31/12/2017)

Os assuntos que geram mais curtidas e compartilhamentos são: violência contra as mulheres, saúde da mulher e igualdade de gênero.



Gráfico 5: Quantidade de fãs, por faixa etária e sexo (2016-2017)

A idade dos fãs da página é bastante diversificada, de 13 a mais de 65 anos de idade, sendo que a maioria são jovens entre 25 e 34 anos, 27%. As mulheres são 80% e os homens 20% dos seguidores.

b. Twitter – criado em maio de 2016

Twitter, Inc. [US] | https://twitter.com/SenadoMulher

Página Inicial | Moments | Notificações | Mensagens

AVON | Senado da Mulher | BRASILIA | DEBATE | EBC

Mulheres no PODER

Tweets: 2.068 | Seguidores: 864 | Seguidores: 1.716 | Curtidas: 368 | Listas: 0 | Moments: 0

ProcuradoriaMulher @SenadoMulher

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal tem a tarefa de zelar pela defesa dos direitos da mulher.

Senado Federal, Brasília, DF | senado.leg.br/procuradoria | Participa desde maio de 2014 | 547 Fotos e vídeos

Tweets e respostas

ProcuradoriaMulher @SenadoMulher · 22 de dez de 2017
Projeto determina demissão por justa causa de acusado de violência doméstica

Projeto determina demissão por justa causa de acu...
Condenados pelo crime de violência doméstica e familiar que reincidem nessa prática poderão ser demitidos por justa causa, estabelece o Projeto de Lei do Senado (PL... senado.leg.br

ProcuradoriaMulher @SenadoMulher · 19 de dez de 2017
Sanção lei que garante às mulheres igualdade de direitos em cargos na Marinha. radioagenciacionalebc.com.br/geral/audioc/20... via @lecomarade

Sanção lei que garante às mulheres igualdade...
O presidente Michel Temer sancionou nesta segunda-feira o projeto que iguala direitos das mulheres com o dos homens na Marinha Brasileira. O texto foi de autoria radioagenciacionalebc.com.br

Atividade de seus Tweets

Seus Tweets receberam 2.821 visualizações ou últimos 28 dias

Veja seus melhores Tweets

Quem seguir | Atualizar | Ver todos

Imprensa Feminista @imp...
Hawk Rising @Hawk_Rising

Encontre pessoas que você conhece

O balanço dos anos de 2016 e 2017 do *Twitter* da ProMul mostra mais visitas em dezembro de 2016 e março de 2017, seguidos dos meses de fevereiro e janeiro de 2017. As impressões, que são o número de vezes que uma publicação é exibida, também tiveram seu ápice no mês de dezembro de 2016, com 74.200.

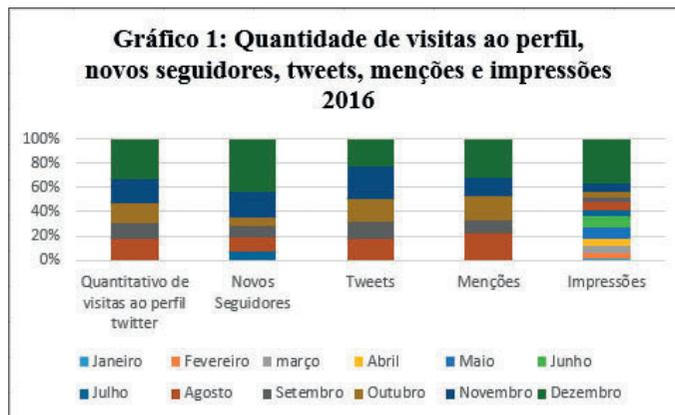


Gráfico 6: Balanço do *Twitter* em 2016

O mês de maio de 2017 foi o mês no qual o *Twitter* da ProMul recebeu mais seguidores, 1.399. Já no mês de março do mesmo ano, houve o recorde de menções: 27 vezes.

Até o fechamento deste balanço, contamos com 2.069 tweets e 1.761 seguidores. Acompanhe os gráficos:

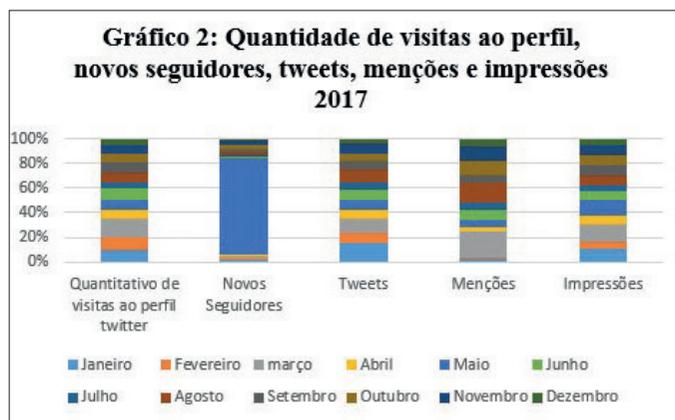
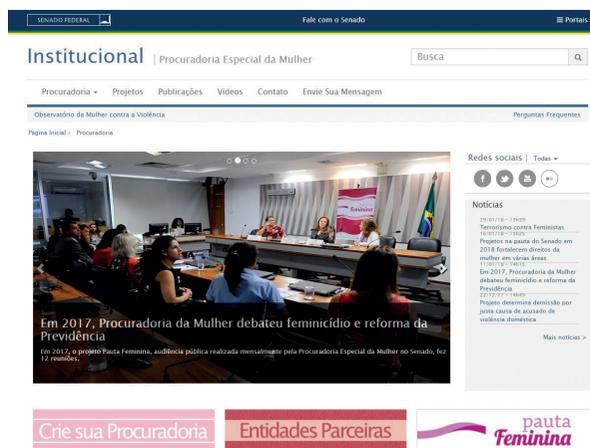


Gráfico 7: Balanço do *Twitter* em 2017

c. Site

A página existe desde novembro de 2013 e recebeu um novo campo em sua *home*. O box “Pesquisas” abre espaço para pesquisadoras de todo o País publicarem seus trabalhos relacionados à pauta feminina e de gênero, como violência doméstica, empoderamento da mulher na política, saúde da mulher, trabalho e inclusão financeira, literatura, cinema, esporte e lazer, entre outros.

Confira a página:



Acesse: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria>

Campo *Pesquisas* na página da Procuradoria da Mulher:



Acessos na página

Em 2016, o site da ProMul teve os meses de agosto e junho de 2016 como os mais movimentados no ano, 7.478 e 6.414 acessos, respectivamente. E contou com 51.769 acessos nos últimos 12 meses. A aferição foi feita até 30/11/2016.

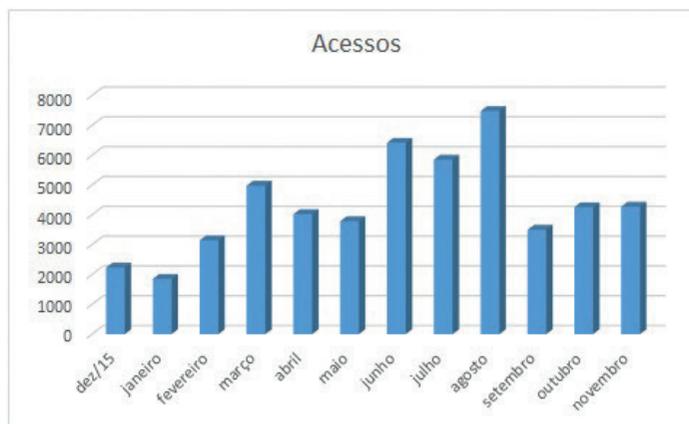


Gráfico 8: Acessos 2016

Já em 2017, o mês que recebeu mais visitas na página foi março, 7.944. Mês da programação especial em referência ao dia das mulheres (8). Quantidade de acessos até 19/12/2017: 55.526.



Gráfico 9: Acessos 2017

3.2 JORNAL SENADO MULHER

Foi criado em junho de 2014 para divulgar notícias relevantes e ações da bancada feminina. Em dezembro de 2017, publicou sua 39ª edição. O periódico mensal circula encartado ao Jornal do Senado, no formato A-4, na primeira semana do mês, com quatro páginas originalmente e pode vir a ser feito em edições especiais com oito páginas.

3.3 ASSESSORIA DE IMPRENSA

Promove o relacionamento direto com os meios de comunicação impressos, televisivos, virtuais e de rádio, para a rápida e eficiente divulgação das ações da ProMul, como a seguir:

- Atende/recebe solicitações de jornalistas de redações e/ou assessores de imprensa de órgãos parceiros.
- Agenda/acompanha entrevistas individuais e coletivas com a Procuradora.
- Produz conteúdo de sugestões de pauta e artigos referentes a todas as ações/eventos da ProMul dirigidos a comunicadores de TVs, rádios, jornais, revistas semanais e especializadas, agências de notícias e boletins informativos de entidades comunitárias e sindicais.
- Faz a gestão da mala direta.
- Contata entidades parceiras e acompanha ações políticas e campanhas educativas.
- Dialoga com assessorias de comunicação dos gabinetes das senadoras.



3.4 PRONUNCIAMENTOS

- Em 2016, foram feitos 23 pronunciamentos pela Procuradora em Plenário referentes às questões de gênero e apresentados 11 requerimentos de aplauso e pesar.
- Em 2017, foram feitos 16 pronunciamentos pela Procuradora em Plenário referentes às questões de gênero e apresentados 11 requerimentos de aplauso e pesar.

3.5 ARTIGOS PUBLICADOS

NOVEMBRO (1º)

2016

VANESSA GRAZZIOTIN

Reforma para quê?

O resultado das eleições, ao lado de outros tantos elementos importantes, reforça a ideia e a necessidade de uma reforma política que venha para mudar efetivamente, e não para alterar as coisas de modo que tudo fique como está.

Uma reforma que permita uma representatividade política mais real, que aumente a representação feminina e das camadas menos favorecidas; que reduza o peso do poder econômico, amplie a democracia e assegure a participação das diversas correntes ideológicas.

O problema, portanto, é estruturante e não podemos imaginar que a simples proibição das coligações proporcionais e a imposição da cláusula de barreira, como querem os “grandes partidos”, seja capaz de resolver tão profundas distorções.

Para iniciar, devemos responder algumas questões. Por que os partidos são tão execrados? Por que o sistema de representação exclui parcelas importantes da sociedade, como as mulheres, trabalhadores, negros e indígenas? Por que os políticos mudam tanto de partido? E por qual razão se criam tantos partidos?

Os partidos são execrados porque as siglas cumprem apenas uma exigência burocrática para alguém disputar uma eleição. Enquanto isso não mudar, essa aberração não cessará. Isso porque a maioria não guarda qualquer coerência entre o que diz e pratica, o que só mudará quando eles forem obrigados a seguir a plataforma apresentada ao eleitor.

Quanto à ampliação da representação das mulheres e da diversidade social, isso só será resolvido quando os partidos forem obrigados a apresentar listas de candidatos nas quais se alterne a participação de gênero e dos diversos segmentos sociais. O atual resultado eleitoral reforça essa assertiva.

Nessas eleições, por exemplo, nós, mulheres, mantivemos o mesmo e vergonhoso índice de 10% de participação no Parlamento. Uma posição constrangedora perante o mundo. Ocupamos a 158ª posição entre 190 países, segundo estudo da União Interparlamentar (UIP), parceira da ONU.

Quanto às frequentes mudanças de partidos, o que ocorre é que eles se subdividem ou mudam de siglas, na medida em que a maioria dos partidos, com as honrosas exceções, são meros cartórios eleitorais. Quando estão muito desgastados, para despistar o eleitor, se fundem ou criam outro, como foi o caso do PFL/

DEM. E como a fidelidade partidária na prática ainda não existe, o ambiente favorece a promiscuidade.

A representação política precisa servir para o espelhamento existente entre a demografia e a democracia. Do contrário, o sistema de representação se reduzirá apenas a um sistema de dominação social, de raça e de gênero.

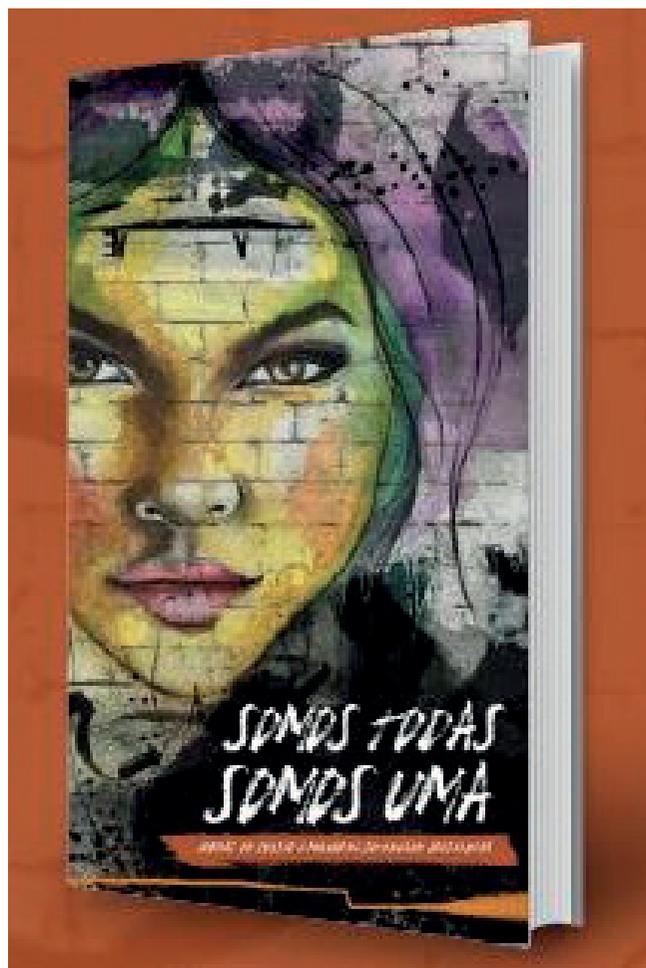
Enfim, precisamos fortalecer as ideias, os projetos, e não os indivíduos. Esse é o debate que precisamos enfrentar.

VANESSA GRAZZIOTIN escreve às terças nesta coluna.

Reforma precisa aumentar representatividade política – Folha de S. Paulo

Disponível em: <http://bit.ly/2E7a109>

Novembro (8)



Artigo: O Golpe de 2016 e a violência política de gênero. Livro “Somos todas. Somos uma: formas de pensar a mulher na sociedade brasileira”

VANESSA GRAZZIOTIN

Poder a elas

A Síntese de Indicadores Sociais – 2016, divulgada na última sexta (2), pelo IBGE, que analisa as condições de vida da população brasileira, evidencia diferenças profundas entre homens e mulheres.

O que se depreende, de imediato, é a queda significativa, a partir de 2015, no processo de inclusão e ascensão social iniciada em 2003.

Sem eliminar as críticas à política econômica adotada pelo governo anterior, fica evidente que esse cenário nacional é reflexo da crise mundial do capitalismo que se arrasta pelo oitavo ano consecutivo e é do conhecimento de todos.

Os números mostram que esse quadro de recessão, que já representa elementos de depressão, só tem piorado após o golpe. Enquanto promovem um despropositado arrocho fiscal, que atinge negativamente a economia, adotam medidas que favorecem o capital especulativo (aumento dos juros reais e devolução de R\$ 100 bilhões pelo BNDES à União).

É nessa perspectiva sombria que analisamos esse processo de descenso social das mulheres que, ao lado dos negros, será a parcela mais atingida.

Destaco a análise do IBGE sobre a desigualdade salarial e a jornada de trabalho, incluindo o tempo que homens e mulheres gastam com o trabalho doméstico.

Em 2015 as mulheres recebiam, em média, 76% do rendimento dos homens em trabalhos convencionais e apenas 68% nos cargos de chefia, mas trabalhavam cinco horas a mais. Trabalhavam 54,9 horas semanais (20 horas na jornada doméstica e 34,9 no expediente externo) contra 50,8 horas da jornada dos homens (10 nos serviços domésticos e 40,8 no expediente externo).

As atividades relacionadas com os afazeres e cuidados domésticos, que não é remunerada, tem um forte impacto para as mulheres. A relação entre as atividades remuneradas e não remuneradas afeta o bem-estar, deteriora a qualidade de vida e é um dos fortes fatores que inibem as mulheres de terem uma participação mais ativa na sociedade, como, por exemplo, a atividade política.

Os padrões de gênero na sociedade brasileira, portanto, continuaram praticamente inalterados. Sabemos que o tempo é uma das principais pontas do nó: ter tempo é uma das questões mais crucialmente ligadas à dominação. Queremos salário, lazer e tempo, porque queremos poder.

Lamentavelmente, no senti-

do contrário da busca pela igualdade entre os gêneros, vem aí a reforma da Previdência, que atingirá duramente o direito dos trabalhadores e sobretudo das mulheres. Já sinalizaram que querem ampliar ainda mais o tempo de trabalho para aposentadoria das mulheres em relação aos homens, o que é inaceitável, visto sua maior jornada de trabalho.

Mas nós, mulheres, estaremos de pé, resistiremos, lutaremos e venceremos!

VANESSA GRAZZIOTIN escreve às terças nesta coluna.

VANESSA GRAZZIOTIN

Gritos esquecidos

Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte, dentre outros, iniciaram 2017 marcados por rebeliões, fugas, mortes, atrocidades e barbáries no seu sistema prisional.

Nunca esse tema tomou tanto espaço no debate nacional e internacional. É preciso enfrentá-lo permanentemente e não apenas enquanto as chacinas se sucedem. Não se pode mais admitir omissões, conivências, corrupção, repetição de tantos erros.

Um aspecto, entretanto, tem sido pouco debatido. Todas as rebeliões têm ocorrido nos presídios masculinos. E não cabe análise simplista da predominância de estabelecimentos masculinos (75%), contra 18% mistos e 7% femininos.

É preciso falar dos presídios femininos e das presidiárias que não fazem rebeliões. Na maioria jovens, negras, baixa escolaridade, responsáveis pelo sustento familiar e que exerciam trabalho informal antes do aprisionamento.

Muitas são mães. Algumas vivem com seus filhos na prisão. São centenas de crianças nessas celas insalubres, malcheirosas e abandonadas desse tão rico Brasil.

Outras dão à luz algemadas ou sem assistência médica, com a ajuda de outras detentas. Elas não têm acesso a absorventes ou a produtos de higiene e saúde tão essenciais ao gênero feminino.

Somente em 2014 o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) elaborou o primeiro estudo dirigido às mulheres. São mais de 37 mil submetidas às mesmas condições degradantes dos homens. Assim como eles, e apesar de trabalharem e estudarem mais, para elas também não há uma política clara de ressocialização, embora a lei determine e a necessidade humana exija.

E a situação só se agrava. Nos últimos 15 anos, a detenção de homens aumentou 220%, e de mulheres 567% (Infopen 2014). O tráfico de drogas, como colaboradoras (mulas), é o crime cometido por mais de 60% das detentas. São crimes que poderiam ser punidos com penas alternativas ou cumpridas em presídios produtivos e sócio recuperativos.

Se é certo que quem cometeu crime deve pagar, é igualmente certo que o Estado tem o dever legal de recuperá-las e reintegrá-las.

Esse tema vem sendo debatido pela bancada feminina. Em 2016, a Procuradoria da Mulher no Senado Federal organizou uma audiência pública, com a presença de estudiosos, representantes do poder

público e de Nana Queiroz, autora do livro “Presos que menstruam”.

Esperamos que 2017 não seja o ano só de rebeliões e mortes bárbaras, mas do avanço das políticas públicas. Que se inicie uma trajetória de recuperação dos detentos e que se ouça essas mulheres de “gritos esquecidos”.

VANESSA GRAZZIOTIN escreve às terças nesta coluna.

É preciso falar dos presídios femininos e das presidiárias – Folha de S. Paulo

Disponível em: <http://bit.ly/2GRsZ3y>

VANESSA GRAZZIOTIN

Simplemente Marisa

Nosso adeus a dona Marisa Leticia, além da dor, foi carregado de sentimento de tristeza e de profunda indignação com o que ela e sua família foram submetidos. Marisa era uma pessoa simples, com uma trajetória de vida tal qual muitas brasileiras de origem humilde. Mãe e dona de casa responsável, mas acima de tudo uma lutadora, militante.

Aos 9 anos era babá e, aos 13, operária numa fábrica em São Bernardo, onde mais tarde lideraria passeatas de mulheres pela liberdade de sindicalistas presos pela ditadura militar.

Foi companheira e conselheira de um dos mais importantes líderes políticos do mundo. Deixou-nos, vítima de um AVC que lhe ceifou prematuramente a vida aos 66 anos de idade. Ela ainda resistiu por dez longos dias, durante os quais foi alvo de calorosas manifestações de solidariedade, especialmente das pessoas simples do povo.

Mas, lamentavelmente, também foi vítima de agressões estúpidas, bestiais, semelhantes àquelas que levaram Getúlio Vargas ao suicídio. Que mundo é esse em que se comemoram a doença e o falecimento de alguém? Que seres humanos são esses?

Ela imaginou que a eleição do primeiro operário presidente da República deixaria para trás o ódio de classe, assim como acreditou que a eleição da primeira mulher presidente indicasse o fim do preconceito e da discriminação contra as mulheres.

Que nada! A teoria e a prática estão mostrando que são as contradições de classes que alimentam a intolerância entre humanos e desencadeiam as crises.

Dona Marisa e Lula foram e são vítimas desse ódio, que se intensificava na mesma proporção do sucesso do governo. Alguns não admitiram que um homem simples, um operário, ocupasse um posto tão importante.

Lula, diferentemente de muitos, não se trata de um homem simples que venceu na vida porque acumulou riqueza. Pelo contrário, venceu porque ousou dizer que também os simples, os trabalhadores, podem comandar.

Governar não só para aqueles de quem o poder historicamente sempre cuidou, as camadas mais abastadas, mas sobretudo para aqueles a quem sempre se virou as costas, os pobres, os excluídos.

A crise pela qual passamos deixa claro o quanto as diferenças de classe ainda marcam as relações sociais, animam a intolerância e o ódio contra as pessoas. Porém, mesmo vivendo numa sociedade injusta, dividida em classes, não se pode

permitir esse tipo de intolerância e de ódio. Temos que entender que não há caminho para a humanidade que não passe pelo amor, pela solidariedade.

Mesmo depois de 72 anos de publicada, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ainda é um sonho e um objetivo a ser alcançado.

VANESSA GRAZZIOTIN escreve às terças nesta coluna.

Simplemente Marisa – Folha de S. Paulo

Disponível em: <http://bit.ly/2E1ASpm>

Abril (11)



VANESSA GRAZZIOTIN

Senadora do Amazonas pelo PCdoB e Procuradora Especial da Mulher no Senado

de um renomado ator daquela emissora logo ganhou a solidariedade de atrizes e colegas de trabalho, que no dia seguinte vestiram camisetas com os dizeres: "Mexeu com uma, mexeu com todas", acompanhadas da hashtag #chegadeassédio.

De acordo com pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 52% das mulheres economicamente ativas no Brasil já sofreram assédio sexual no trabalho. Portanto, Susilem não estava e não está sozinha. Seu gesto influenciará de forma positiva para que todas se sintam capazes denunciar violências de gênero, tanto nos locais de trabalho, quanto nos meios de transportes, nas escolas e universidades e em todos os lugares do convívio humano.

Mulheres vencendo o medo

11 de Abril de 2017

Inscriva-se na TV247



Merece reconhecimento a corajosa reação das mulheres ao assédio sexual vivido na última semana pela figurinista Susilem Tonani, da TV Globo.

O destemor demonstrado por ela ao revelar comportamento infame e vexatório

A manifestação rapidamente alcançou grupos de mulheres em todo o Brasil. Parlamentares no Plenário do Senado e também da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a ONU Mulheres, o Instituto Patrícia Galvão, a União Brasileira de Mulheres e inúmeros grupos feministas somaram-se a milhares de postagens nas mídias sociais com a resposta clara de que não tem volta o caminho construído pelo fim da opressão e da violência de gênero.

A veracidade dos fatos resultou em retratação da empresa e carta de desculpas do ator. Mas para além do pedido circunstancial de penitência, atitudes como essa retiram do âmbito privado a dor da humilhação e ousam tornar público o quanto a supremacia do poder masculino é valor deletério para toda a sociedade.

Silenciar frente a abusos faz parte de um passado de triste memória para as brasileiras, quando muitas de nossas mães e avós eram subjugadas sem amparo legal.

Pergunto como pode um ser humano ter seu corpo, seus sentimentos e sua estrutura psíquica violada repetidas vezes por um superior hierárquico no trabalho e isso ser aceito como natural e acobertado por seus pares?

Dar visibilidade a atitudes de coragem como a da figurinista representa retirar a mulher do lugar da subserviência e da subalternidade que o senso comum e o machismo insistiram historicamente em colocá-la.

Louca, insana, mentirosa e desestruturada mental são os adjetivos de defesa dos agressores, com ou sem foro privilegiado, irmanados pela soberba aconchegante da misoginia e do patriarcado.

As mulheres ocuparam e continuarão ocupando ruas e praças desse país e quando necessário saberão com altivez tornar pública uma violência privada, somando vozes, gestos e sentimentos em defesa de uma gritante verdade nesse momento: a dignidade de uma é a dignidade de todas. Estamos juntas!

Mulheres vencendo o medo – Brasil 247

Disponível em: <http://bit.ly/2saaTXw>

Novembro (24)

Violência contra Mulheres na Política: Violência Política de Gênero por Vanessa Grazziotin

POR #AGORAÉQUESÃOELAS

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO



Por Vanessa Grazziotin*

A violência política de gênero é um assunto que mal começou a ser conversado entre nós, no Brasil, mas é uma modalidade de violência já tipificada legalmente em outros países, como Bolívia, México e Peru. Trata-se também de questão tematizada para além de marcos nacionais, como na declaração do Mecanismo de Seguimento da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 2015.

O papel deste tipo de violência é impedir as mulheres de se candidatarem, interferir no exercício de seus mandatos e, por fim desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, a influir no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência da mesma.

Pioneira, a legislação boliviana, de 2012, procurou criar mecanismos para prevenir, abordar e punir os episódios de violência política de gênero, definida como ato cometido por uma pessoa ou grupo de pessoas contra mulheres candidatas, eleitas, em exercício de cargo público ou contra seus familiares.

Outro documento importante para abordar a violência política de gênero é a Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres, de 15 de outubro de 2015, produzida na 6ª Conferência dos Estados Parte da Convenção de Belém do Pará, realizada em Lima.

O documento relaciona a visibilidade da violência política de gênero ao aumento da participação política das mulheres, em particular nos cargos de representação política, consequência da adoção de cotas de gênero e de políticas de paridade e equidade, em muitos países do continente americano.

Segundo autoridades e especialistas nacionais reunidos na capital do Peru, “a violência e o assédio político às mulheres podem ocorrer em qualquer espaço da vida pública e política: nas instituições do Estado, nos recintos de votação, nos partidos políticos, nas organizações sociais, nos sindicatos, e através dos meios de comunicação, entre outros”.

Em outras palavras, a violência política de gênero alcança uma mulher em qualquer lugar ou espaço em que ela se movimenta na sua luta por direitos. Pode ser até num corredor na Câmara, como aconteceu à deputada Maria do Rosário, em 2014, ofendida aos gritos e empurrada por um deputado em flagrante captado por câmera de TV.

Tenho para mim que a legislação brasileira sobre violência política de gênero, que precisamos construir, mereceria até ser chamada de Lei Maria do Rosário, para homenagear a brava defensora dos Direitos Humanos, sujeita a contumazes e notórios ataques que também procuram atingir covardemente sua família.

A violência política de gênero atinge também políticos discriminados como LGBT, quando pretensamente vocaliza e alardeia uma masculinidade heteronormativa que se coloca como paradigma exclusivo do masculino e do humano, desprezando que a humanidade se desenvolve graças a atividades que já foram consideradas exclusivamente masculinas ou femininas, mas que podem ser feitas tanto por uns/umas quanto por outras/outros com igual perfeição.

De modo geral, o que justifica falar em violência política de gênero são as pistas que demonstram a existência de dois pesos e duas medidas em episódios políticos que envolvem políticos e políticas. Estudiosos do golpe que derrubou a presidenta Dilma, viram estas marcas de gênero na diferença entre as críticas prevalentes dirigidas a ela (“vaca”, “louca”) e a Michel Temer (“golpista”, “usurpador”) pelos respectivos opositores.

É preciso dizer que os ataques feitos às parlamentares comportam um tipo de agressividade raramente visto nas provocações que um homem dirige a outro homem, pelo menos na esfera pública. Alguém imagina um humorista postando um vídeo nas redes sociais que o mostra esfregando uma carta na sua cueca e remetendo-o para Michel Temer, para Gilmar Mendes ou para o deputado Jair Bolsonaro?

De fato, a violência política de gênero expressa uma tensão entre os que, como nós, consideram a desproporção entre homens e mulheres no Parlamento como um dos ingredientes da crise de representatividade do Legislativo e os que consideram que a mulher deve zelar pela família e não entrar no mundo da política.

Infelizmente a reforma política que a nação brasileira precisa, para aprofundar a democracia a partir do incentivo ao ingresso das mulheres na política e o consequente combate da violência política de gênero, passa longe daquela que hoje está sendo discutida no Parlamento, a despeito do esforço da nossa bancada feminina. Isto é péssimo para as mulheres, mas muito pior para a democracia.

*Vanessa Grazziotin é senadora do Partido Comunista do Brasil pelo estado do Amazonas

Violência Política de Gênero – Agora é que são elas

Disponível em: <http://bit.ly/2E6vH7y>

4. PUBLICAÇÕES

Em 2016 e 2017, A ProMul reeditou, reimprimiu e publicou materiais como ponto de apoio para a luta pelo fim da violência de gênero e por mais mulheres na política. O Relatório de Atividades 2015, a Pesquisa Equidade de Gênero na Política, feita pelo DataSenado, por encomenda da ProMul, e a Cartilha *Mulheres Discutem Previdência em Defesa do Futuro* foram algumas das iniciativas.

O folder *10 anos da Lei Maria da Penha: uma conquista da luta das mulheres*, com estatísticas nacionais e internacionais, mostra que a violência contra a mulher é maior nos países como o Brasil, em que a participação política feminina é menor. Traduzido em inglês, ele foi levado à 137ª Assembleia da União Interparlamentar, na Federação Russa, pelas senadoras Vanessa Grazziotin e Gleisi Hofmann em outubro de 2017.

A cartilha *Lei Maria da Penha: perguntas e respostas* foi reimpressa em 2017 e tem cumprido o papel educativo de alertar e encorajar mulheres a fazerem a denúncia. A nova edição é apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e as deputadas Elcione Barbalho (MDB-PA), Gorete Pereira (PR-CE) e Soraya Santos (PR-RJ).

O livro *Mais Mulheres na Política – Retrato da sub-representação feminina no poder* analisa o resultado das eleições de 2014 e 2016, detalha o cenário da participação feminina em todos os estados e traz, ainda, as chances eleitorais por gênero e informações de investimento de recursos do fundo partidário em candidatas.

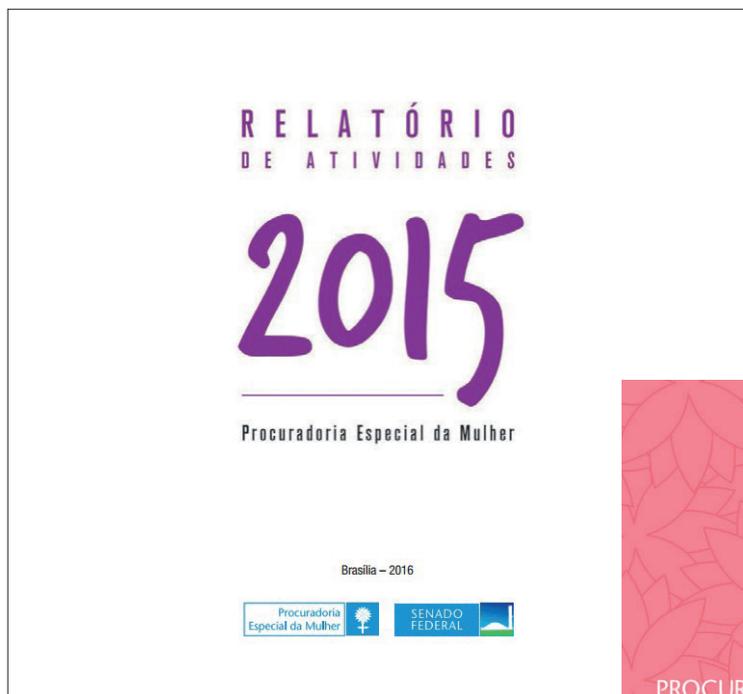
Encartado ao livro, circula o *Mapa Brasil Mulheres na Política*, com dados sobre a presença feminina no Poder Legislativo, no Executivo e no Judiciário.

Todas as publicações estão disponíveis em:

www.senado.leg.br/procuradoria



Link: <http://bit.ly/2eicALT>



Relatório de Atividades 2015

Link: <http://bit.ly/2sar7jp>

Folder Procuradoria da Mulher



Link: <http://bit.ly/2FQNrQ>

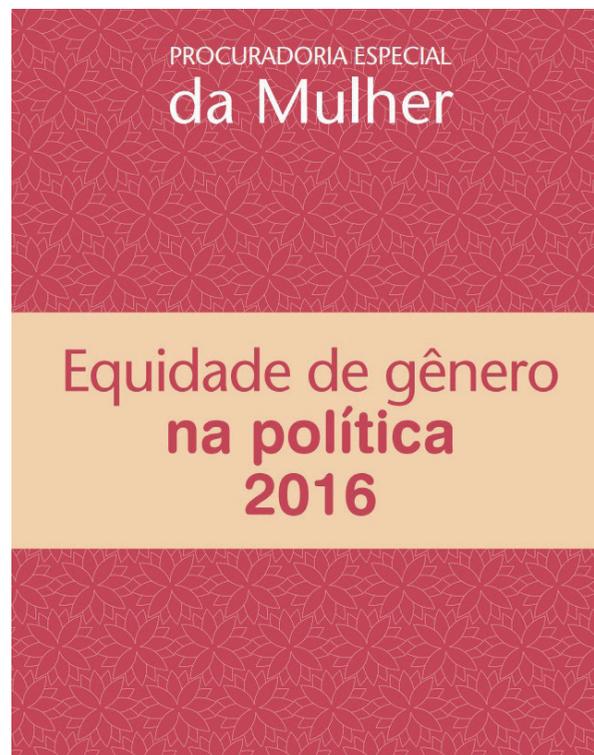




Link: <http://bit.ly/2nJ5DoQ>

Livro Mais Mulheres na Política – Retratos da sub-representação feminina no poder

Livreto Equidade de Gênero na Política 2016



Link: <http://bit.ly/1Y3cFkk>

Folder 10 Anos da Lei Maria da Penha – Edição em inglês



Mulheres discutem Previdência em defesa do futuro

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), reuniu especialistas no projeto *Pauta Feminina* para discutir "Os Impactos da Reforma da Previdência na Vida das Mulheres".

No encontro do dia 23 de março, as debatedoras salientaram as consequências da PEC 287/16 sobre as trabalhadoras rurais, as professoras, as trabalhadoras domésticas, as mulheres negras, as mulheres com deficiência e as idosas de baixa renda. Para Luciana Farias, presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários, a PEC 287/16 é inconstitucional por retirar das mulheres direitos garantidos na Constituição Federal.

A proposta enviada pelo governo ao Congresso e em análise na Câmara dos Deputados prevê igualar a idade entre mulheres e homens aos 65 anos, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

A rigor, de acordo com as estimativas da economista Denise Gentil (UFRJ), se a lei quisesse ser mesmo justa, em vez de igualar as idades, deveria era fazer com que as mulheres se aposentassem dez anos mais cedo.

Maria Inez Rezende (ANFIP) lembrou que a trabalhadora rural conquistou benefício previdenciário apenas em 1991. Até então apenas o pai de família conseguia se aposentar. A especialista acredita que a reforma irá provocar êxodo rural.

O debate fez parte do calendário do Mês da Mulher e foi a primeira de uma série de audiências públicas para aprofundar o tema no Congresso Nacional.

Link: <http://bit.ly/2En3eK9>

Inter-Parliamentary Union
137th IPU ASSEMBLY AND RELATED MEETINGS
St Petersburg (Russian Federation), 14 – 18 October 2017

10 reasons for equity in gender policies and power positions in Brazil:

- 1 Women in politics =
= violence against women
- 2 Financial insertion and labor policies =
= economic exploitation and dependence
- 3 Inclusive and non-sexist education policies =
= submission and inequality
- 4 Prevention, treatment and rehabilitation policies in health =
= physical, emotional and mental illnesses
- 5 Sports and leisure policies =
= harassment and discrimination
- 6 Culture policies and equal communication =
= exploitation of the female image in the media
- 7 Policies for quality public transport =
= fear and obstacles on journeys
- 8 Policies for female protagonism and diversity =
= racism, sexism and disrespect for women rights
- 9 Sustainable development policies in respect of rural women, forests and water =
= food waste and urban immobility
- 10 Policies for young, elderly and disabled women =
= prejudices and oppression



Maria da Penha Law:
an achievement of women's struggle



Women's Congressional Bench

Support:



Link: <http://bit.ly/2BYRGaZ>

Cartilha Mulheres discutem Previdência em defesa do futuro

5. EXPOSIÇÕES FOTOGRÁFICAS

MULHERES DE OURO – MARÇO

2016

No ano dos Jogos Olímpicos, o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero do Senado, com o apoio da Diretoria-Geral e da ProMul, realizou a mostra fotográfica *Mulheres de Ouro*. A exposição abriu as comemorações em homenagem ao Mês da Mulher no Senado, no Espaço Senado Galeria, e ficou aberta à visitação do público até o final do mês.

Resultado da construção coletiva de servidores, fotógrafos e atletas, a exposição teve curadoria do fotógrafo João Rios e retratou artisticamente colaboradoras da Casa em práticas esportivas.

A participação feminina no universo cultural do esporte foi marcada por rupturas, avanços e retrocessos. Superando preconceitos, as mulheres conquistaram campos de futebol, quadras, piscinas e todo complexo esportivo que antes só os homens podiam utilizar.



Fotos: Marcelo Favaretti



CORES DE UM OUTUBRO ROSA – OUTUBRO

A exposição *Cores de um Outubro Rosa*, promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com apoio da ProMul, mobilizou o trabalho de jovens artistas plásticos para a campanha Outubro Rosa, em favor da importância de se prevenir contra o câncer de mama e pela luta das mulheres brasileiras por mais igualdade social e política.

No espaço Mário Covas, 25 estudantes do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (UnB) exibiram telas com técnicas mistas, resultado do trabalho produzido sob supervisão do mestre Elder Rocha.

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Gorete Pereira (PR-CE), e a deputada Dâmina Pereira (PODE-MG), coordenadora da bancada feminina, destacaram a importância de sensibilizar o público em relação ao câncer de mama, doença que, diagnosticada precocemente, tem plena possibilidade de cura.



Fotos: Marcelo Favaretti

2016



VIVA VIDA – OUTUBRO

A primeira solenidade do calendário de atividades do *Outubro Rosa*, em 2016, foi a inauguração da exposição fotográfica *Viva Vida*, promovida pela *Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília*. O ato reuniu um grande público e foi prestigiado por parlamentares de ambas as Casas do Congresso.

Idealizada pela presidente da associação, Joana Jecker, a exposição mostrou fotografias e relatos de mulheres que passaram pelo tratamento do câncer, pelo processo de reconstrução da mama e retomaram sua vida social.

Uma das modelos da exposição *Viva Vida* foi a própria Joana, que detectou um nódulo em autoexame, aos 30 anos de idade. A experiência a levou a se transformar em uma líder em saúde, com presença destacada nas articulações para aprovação de projetos de lei para as mulheres acometidas de câncer de mama.



Fotos: Marcelo Favaretti



MULHERES NEGRAS NO SENADO – JULHO E OUTUBRO

Para celebrar o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, comemorado em 25 de julho, o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e o Comitê do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça promoveram a exposição fotográfica *Mulheres Negras no Senado*.

Construída com imagens de 35 mulheres da Casa, fotografadas por 17 servidoras e servidores, a mostra foi exibida virtualmente pela Intranet em julho e no Espaço Senado Galeria em outubro.

Instituído pela Lei nº 12.987/2014, por iniciativa da então senadora Serys Slhessarenko, o Dia Nacional foi inspirado no Dia Internacional de Luta da Mulher Negra da América Latina e do Caribe.



Fotos: Marcelo Favaretti

2016



6. PROJETO PAUTA FEMININA

A parceria entre a ProMul e a Secretaria de Mulheres e Procuradoria de Mulheres da Câmara dos Deputados tem apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher (Nepem) da Universidade de Brasília, da ONU Mulheres e do Banco Mundial.

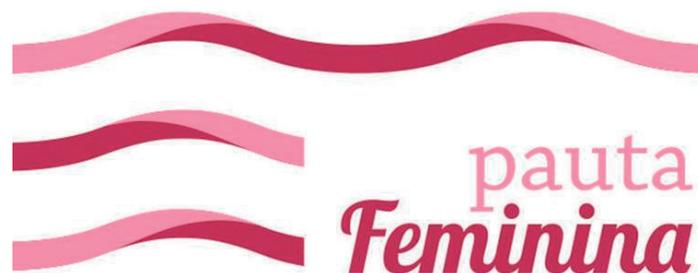
É um estímulo ao pleno exercício da democracia participativa, fundamentado na valorização da cidadania como processo contínuo de discussão reflexiva sobre as normas e os padrões sociais baseados em gênero.

As reuniões, com formato de audiências públicas, acontecem de forma alternada uma vez por mês nas dependências do Senado e da Câmara dos Deputados e contam com a presença de especialistas, autoridades e usuárias/usuários dos serviços públicos.

O projeto tem se mostrado eficiente ao permitir o encontro de pessoas num contexto favorável de discussão, gerando troca de informações, fomento de temas para a pauta legislativa, esclarecimento de dúvidas dos participantes – presentes ou internautas – e a abordagem de questões muitas vezes polêmicas ou pouco tratadas pelas pautas dos meios de comunicação.

As reuniões são transmitidas todas as sextas-feiras no programa *Pautas Femininas*, da Rádio Senado, às 8h45 (horário de Brasília), com duração de 15'.

Foram realizadas 11 pautas em 2016 e 12 encontros em 2017.



MARÇO (16) – OLHAR FEMININO SOBRE O FEMINICÍDIO



Foto: Marcelo Favaretti

2016

Um ano após a sanção da Lei do Femicídio (Lei nº 13.104, de 9/3/2015), a avaliação das mulheres sobre seus efeitos foi tema de encontro realizado no Auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados.

As especialistas convidadas discutiram as dificuldades para enquadrar as ocorrências: Andrea Brochier Machado, perita criminal do Instituto Geral de Perícias em Porto Alegre-RS; Dilamar Aparecida de Castro Souza, delegada

da DEAM de Luziânia-GO; e Valéria Diez Scarance Fernandes, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo.

Além da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, prestigiaram o encontro as deputadas Flávia Moraes (PDT-GO), 1ª coordenadora adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara; Keiko Ota (PSB-SP), 2ª procuradora adjunta da Secretaria da Mulher da Câmara; Carmen Zanotto (PPS-SC); Érika Kokay (PT-DF); Josy Nunes (MDB-TO); e Ana Perugini (PT-SP).

MARÇO (17) – “ISSO É PAPEL DE MULHER?”

2016



Foto: Beio Barata / Agência Senado

Com direito a provocativa apresentação em formato de *stand up comedy*, o papel da mulher na sociedade foi o tema do encontro, no auditório Antônio Carlos Magalhães, do Interlegis, em iniciativa da ProMul e do Comitê de Promoção de Igualdade de Gênero, como parte do calendário de atividades do mês da mulher.

Mariana Gondim, assessora da liderança do Bloco de Apoio ao Governo, conduziu a dinâmica lúdica e interativa. Os painelistas foram Rodrigo Brum,

assessor na Secretaria-Geral da Mesa, que falou sobre as responsabilidades da paternidade na sociedade atual, e Maria da Conceição Lima, consultora legislativa, que acompanha a bancada feminina do Congresso nos debates sobre legislação.

A deputada Érika Kokay (PT-DF), conhecida pelo seu ativismo em prol dos direitos das mulheres, participou do debate e elogiou a iniciativa que, segundo ela, expôs os problemas de forma leve e divertida.

ABRIL (28) – SAÚDE DA MULHER INDÍGENA



Foto: Pedro Fancça / Agência Senado

2016

As políticas públicas dirigidas à mulher indígena foram tema do encontro realizado no Plenário 9, da Ala Alexandre Costa, com mediação da senadora Regina Sousa (PT-PI). Ela destacou a importância de marcar o Dia do Índio (19 de abril), com reflexão e ações sobre a realidade de meninas e mulheres indígenas.

As apresentações ficaram a cargo de Viviane Inácio, do Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI), do Ministério da Saúde; de Daiara Tukano,

mestranda em Direitos Humanos, Educação e Cultura de Paz e professora na Secretaria de Educação do GDF; e de Bernardino Vito, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que frisou a necessidade de superação do “viés colonizador”.

Maria Angélica Gomes, consultora do Programa Especial Mais Médicos, e Juan Alvares, primeiro secretário da Embaixada de Cuba, prestigiaram o encontro ao lado de estudantes, servidores públicos e lideranças políticas.

MAIO (31) – GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

2016



Foto: Marcos Oliveira / Agência Senado

Com mediação da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e participação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a *Pauta Feminina* debateu a realidade de meninas que engravidam com idades entre 11 e 17 anos, sofrendo, na adolescência, os impactos da gestação não planejada.

Compuseram a mesa: Thereza de Lamare, coordenadora-geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Luís Carlos Sakamoto, médico assistente do Centro de Referência da Saúde da Mulher, Hospital Pérola

Byington de São Paulo; Dhara Souza, professora da Fundação Educacional do DF; Anna Cunha, do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA); Gabriela Mora, especialista em cidadania dos adolescentes (Unicef); Esther Vilela, coordenadora-geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde; Haydee Padilla, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); e Walter Gomes, da Coordenadoria da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

JUNHO (15) – ZIKA VÍRUS E MICROCEFALIA



Foto: Antônio Augusto / Câmara dos Deputados

2016

A epidemia do Zika vírus, transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*, e as consequências da microcefalia em crianças e jovens afetados pela malformação foram debatidas por especialistas.

Inês Gadelha, diretora do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde; Viviane Lima, mãe de duas adolescentes com microcefalia; Valcler Rangel Fernandes, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, falaram sobre medidas possíveis

e necessárias para atender necessidades assistenciais que vão além da estimulação precoce, como desburocratizar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, e priorizar o atendimento a crianças com síndrome congênita do Zika vírus.

A audiência pública realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, em parceria com a ProMul, foi solicitada pela deputada Zenaide Maia (PR-RN).

AGOSTO (11) – BOAS PRÁTICAS DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

2016



Foto: Geraldo Magela / Agência Senado

Especialistas e profissionais que atuam no atendimento a mulheres vítimas de violência abordaram exemplos positivos no cumprimento da Lei Maria da Penha.

A mesa foi composta por Marcela Medeiros, doutora em Psicologia e chefe do Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (*Nafavd*), de Santa Maria-DF; Rosana Leite, defensora pública da Vara de Violência Doméstica de Mato Grosso; Jane Klébia dos Reis,

administradora Regional de Sobradinho e delegada de polícia; Cristiane Moroishi, supervisora do Centro Judiciário da Mulher, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; e Iara Lobo, coordenadora da Casa da Mulher Brasileira.

Aberto pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o debate contou com a presença de Sosormaa Chuluunbaatar, embaixadora da Mongólia; entre outras autoridades e lideranças femininas.

SETEMBRO (11) – TOGA JUSTA: DESIGUALDADE DE GÊNERO NO JUDICIÁRIO



Foto: Edison Rodrigues / Agência Senado

2016

A deputada Érika Kokay (PT-DF) mediu o encontro que reuniu mulheres da Justiça para debater em alto nível o tema Toga Justa: o exercício profissional do Direito como fator de empoderamento feminino.

Estavam presentes Delaíde Arantes, ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Ela Wiecko, vice-procuradora-geral da República; Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão; Daniele Osório, defensora pública federal;

Vera Lúcia Santana Araújo, advogada e consultora jurídica; e Theresa Karina de Figueiredo, juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

As especialistas mostraram estatísticas da presença feminina desigual nos tribunais superiores e seu reflexo nas dificuldades enfrentadas na magistratura, no Ministério Público e na Defensoria, bem como a falta de pluralidade de raça, gênero e orientação sexual no paradigma dominante do Direito.

OUTUBRO (6) – EMPODERAMENTO DE MENINAS

2016



Foto: Geraldo Magela / Agência Senado

Com coordenação das senadoras Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto Pauta Feminina reuniu especialistas para debater a importância de políticas públicas dirigidas a meninas, em audiência realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

As dificuldades enfrentadas pelas meninas e adolescentes entre nove e 14 anos foram mostradas pelas pesquisadoras Danielle Araújo,

do Instituto Promundo; Anette Trompeter, diretora da Plan International; Gabriela Mora, oficial do programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef; Joana Chagas, gerente de Programas da ONU Mulheres; Cláudia Vidigal, secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; e Josilene Aires, professora em João Pessoa-PB, no encontro que contou com estudantes do Centro de Ensino Médio 9, de Ceilândia-DF.

OUTUBRO (20) – ACESSIBILIDADE DE MAMOGRAFIAS PARA MULHERES COM DEFICIÊNCIA



Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado

2016

No mês da campanha *Outubro Rosa*, o projeto *Pauta Feminina* deu voz às dificuldades das mulheres com deficiência para realizar exames básicos de prevenção ao câncer de mama. Carla Karine da Silva, cadeirante e usuária do SUS, narrou a dificuldade para fazer ecografia mamária, mamografia e ressonância magnética após diagnosticar um nódulo na mama direita.

Compuseram a mesa César Cabello dos Santos, mastologista e professor livre-docente do Hospital da Mulher da Unicamp; Odília Brígida de Sousa, coordenadora-geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da

Saúde; Paulo Beck, coordenador de Promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência do Governo de Brasília; e Larissa Bezerra da Silva, pedagoga da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

A embaixadora Diana Vanegas, de El Salvador, e o cônsul Ilya Lutski, da embaixada da República de Belarus, prestigiaram o encontro. A presença de pessoas com deficiência auditiva motivou a adoção regular de intérpretes de Libras nas edições do projeto *Pauta Feminina*.

NOVEMBRO (17) – GÊNERO E RAÇA NAS ELEIÇÕES DE 2016

2016



Foto: Gerardo Magela / Agência Senado

O resultado das eleições pela perspectiva de raça e gênero foi o tema do *Pauta Feminina* mediado pela senadora Regina Sousa (PT-PI).

No Nordeste, as mulheres se elegeram prefeitas em porcentagem de 16%, e vereadoras, em 15%; diante de, respectivamente, 15% e 14% no Norte; 13% e 13% no Centro-Oeste; 9% e 11% no Sudeste; e 7% e 14% no Sul do País. Em nenhuma região as prefeitas indígenas ou negras (pardas e pretas) suplantaram as brancas eleitas. Nas câmaras municipais, as mulheres negras se sobressairam no Norte e Nordeste.

Compuseram a mesa Eunice Borges, da ONU Mulheres; Olgamir Amância, da União Brasileira de Mulheres (UBM) e professora da UnB; Flávia Biroli, cientista política da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê); Marise Nogueira, diplomata; e Gabriela Cruz, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

A discussão foi acompanhada por várias mulheres que ocuparam postos de direção no Executivo local e federal.

DEZEMBRO (8) – MÚLTIPLA VULNERABILIDADE DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Foto: ONG Essas Mulheres

2016

Coordenado pelas deputadas Rosinha da Adefal (PTdoB-AL) e Carmen Zanotto (PPS-SC), o encontro discutiu situações de abuso e violência doméstica, às vezes cometidas pelos próprios cuidadores, que agravam a violência psicológica, moral, patrimonial, física e sexual que incide sobre as mulheres em geral. Foi dado destaque à importância dos aspectos físicos e intelectuais das vítimas, os quais fazem a violência a seus direitos ser minimizada, tratada como questão privada e não de violência a direitos humanos.

O tema foi debatido por Marcia Gori, presidente e fundadora da ONG *Essas Mulheres*; Adriana Abreu Magalhães, integrante da ONG; Betânia Cristina Souza de Assis, secretária adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e da Cidadania; e Carolina Angélica Gomes, coordenadora-geral do Sistema de Informações da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

2017 – FEVEREIRO (16) – FEMINICÍDIO COMO VIOLÊNCIA POLÍTICA



Foto: Geraldo Magela / Agência Senado

O assassinato de nove mulheres em Campinas-SP, durante uma festa de *réveillon*, em dezembro de 2016, motivou a ProMul a pautar a discussão sobre o feminicídio como violência política.

Participaram da audiência mediada pela senadora Regina Sousa (PT-PI), no Plenário 6, Ala Nilo Coelho, do Senado: Lourdes Bandeira, professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB); Joelma Rodrigues da Silva, doutora em História e coordenadora da Questão

Negra da Diretoria da Diversidade da UnB; Clara Flores Seixas de Oliveira, pesquisadora do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade (Lassos) e mestranda do Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo de Brasília; e Véronique Durand, doutora em Antropologia e autora do livro *Órfãs de Esperança – Violências contra a Mulher – Alguns Relatos no Mundo*.

MARÇO (16) – CASAMENTO DE MENINAS MENORES DE 18 ANOS

2017



Foto: Antonio Araújo / Câmara dos Deputados

As deputadas Dâmina Pereira (PODE-MG), coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, e Creuza Pereira (PSB-PE) conduziram o debate no auditório Freitas Nobre daquela Casa.

Os palestrantes Paula Tavares, pesquisadora do Banco Mundial, e Carlos Bichara, consultor da Câmara, alertaram para o fato de o casamento na adolescência trazer como consequência gravidez precoce, baixos níveis de escolaridade, suscetibilidade a abusos e menor renda ao longo da vida

de meninas e de meninos. Segundo eles, no Brasil, 36% da população feminina se casam antes dos 18 anos, o que acarreta perdas desastrosas e irreparáveis para o futuro.

O casamento entre menores de 16 anos é aceito no Brasil somente com autorização dos pais (Lei nº 10.406/2002), mas a lei abre uma brecha e permite autorização judicial para casamento de menores de 16 anos em caso de gravidez ou para evitar processo criminal.

MARÇO (21) – IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES



Foto: Gerardo Magela / Agência Senado

Em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDH), o encontro foi aberto pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e conduzido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), com presença da senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

Após exposição de estatísticas e fatos sobre a Reforma da Previdência, concluiu-se pela urgente necessidade de debater mais a fundo e esclarecer as consequências das mudanças propostas para o futuro das mulheres e da sociedade.

Compuseram a mesa: Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida Pública; Denise Gentil, da UFRJ; Anna Beatriz Parlatto, do Ministério Público do Trabalho e da Associação de Advogados pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; Rosa Maria Campos Jorge, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Luciana Farias, do Instituto dos Advogados Previdenciários; Maria Inez Rezende, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal; Dorenice Flor da Cruz, da CONTAG; e Isis Tavares Neves, da CNTE.

ABRIL (26) – MULHERES NA CIÊNCIA



Foto: Rodrigo Viana / Agência Senado

2017

A comemoração dos 44 anos de criação da Embrapa e a semana dos 55 anos da Universidade de Brasília (UnB), instituições sediadas no Distrito Federal, foram marcadas por um debate, aberto pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e conduzido pela deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG), sobre as mulheres nas carreiras científicas.

Participaram da mesa Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni (Embrapa); Maria Emília Walter (UnB); Joana Chagas (ONU Mulheres); Helena Nader, presidente

da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Janice Zanella (Embrapa Aves e Suínos); Marília Regini Nutti (Embrapa Agroindústria de Alimentos); Marcia Barbosa (UFRGS); e Vanessa de Andrade (UnB).

A Embrapa Agroenergia lançou o vídeo “Mulheres na Ciência”, no qual nove biólogas, químicas, farmacêuticas e engenheiras agrônomas dão depoimentos sobre conquistas e dificuldades nas respectivas carreiras. Presentes, as pesquisadoras foram saudadas pelo público que lotou o auditório do Interlegis.

MAIO (25) – EMPODERAMENTO DAS MENINAS E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



Foto: Gerardo Magela / Agência Senado

A deputada Prof^a Marcivânia (PCdoB-AP) e a ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, coordenaram o encontro sobre as meninas de hoje na perspectiva das mulheres do amanhã.

As debatedoras foram Heloísa Oliveira, da Fundação Abrinq e da Comissão Nacional para os ODS; Cláudia Vidigal, secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Gabriela Mora, do Fundo

Internacional para o Desenvolvimento da Infância (Unicef); Laís Rodrigues de Almeida, 17 anos, estudante de engenharia; Viviana Santiago, gerente técnica de Gênero da Plan Internacional Brasil; e Gina Vieira Ponte de Albuquerque, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

No encontro foi lançado o livro *Ser Menina no Brasil Contemporâneo: marcações de gênero em contexto de desigualdades*, organizado pelos professores Benedito Rodrigues e Leda Gonçalves de Freitas.

JUNHO (22) – RACISMO INSTITUCIONAL NO ATENDIMENTO À MULHER NA SAÚDE



Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado

2017

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher, mediu o encontro ao lado da ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul.

Discutiu-se o quanto o tratamento desigual e os maus tratos ferem os direitos garantidos na Constituição Federal e em convenções internacionais assinadas pelo Brasil.

A mesa foi composta por Ilka Teodoro, diretora jurídica da Artemis; Irene do Carmo Alves Ferreira, vice-presidente Conselho Federal de Enfermagem;

Liz-Elaine de Silvério, promotora de Justiça do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Juliana Silva Gama, do Departamento de Atenção à Saúde Indígena do Ministério da Saúde; Gabriela Cruz, gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); e Val Cruz, usuária do SUS e membro da Associação de mulheres mastectomizadas de Brasília, *Recomeçar*.

2017 – JULHO (25) – MULHERES NEGRAS, TRILHANDO CAMINHOS PARA A IGUALDADE



Foto: Boquete de Sá / Agência Senado

As mulheres negras ressaltaram a importância da afirmação da identidade racial e ancestralidade africana no Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, estabelecido em 1992, e também Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, definido pela Lei nº 12.987/2014, iniciativa da então senadora Serys Slhessarenko.

Compuseram a mesa, mediada pela deputada federal Luciana Santos (PCdoB-PE), uma das quatro mulheres que presidem partidos políticos

no Brasil: Flora Egécia, diretora do filme *Das Raízes às Pontas*; Agna Alves, do Coletivo de Mulheres com Deficiência do Distrito Federal; Ester Monteiro, diretora de Jornalismo da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom); Eunice Borges, associada do Programa de Liderança e Participação Política da ONU Mulheres no Brasil; Joceline Gomes, jornalista, dançarina e gerente de Comunicação na Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

AGOSTO (24) – MULHERES, MEMÓRIAS E CINEMA



Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado

2017

Mediado pela deputada Prof.^a Marcivânia (PCdoB-AP), o debate deu luz ao olhar feminino sobre as mulheres na construção de Brasília; à experiência de vida de docentes negras; às limitações da representação audiovisual das mulheres LGBT e indígenas; e à experiência pedagógica do projeto *Curta Maria*, em Sobradinho.

Participaram da mesa Tania Fontenele, pesquisadora e diretora de *Poeira & Batom*, documentário produzido em comemoração aos 50 anos de Brasília;

Zezé Rocha, da Casa de Educação Anísio Teixeira, e criadora do projeto *Curta Maria*; Neide Rafael, professora e uma das protagonistas de *Elas Falam*, documentário de Renata Parreira; e Sandra Machado, produtora audiovisual, pesquisadora e jornalista do *Blog da Igualdade*.

Dona Maria do Chapéu, protagonista de *Poeira & Batom* e pioneira na luta pela fixação da Vila Planalto, prestigiou o encontro, entre dezenas de lideranças atuantes na área de cultura do Distrito Federal.

SETEMBRO (28) – VIOLÊNCIA VIRTUAL NA INTERNET CONTRA AS MULHERES



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

A violência virtual contra as mulheres foi discutida no *Pauta Feminina* realizada como atividade da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, por solicitação das deputadas Ana Perugini (PT-SP), Érika Kokay (PT-DF) e Laura Carneiro (DEM-RJ), com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara.

As debatedoras pediram políticas públicas que normatizem e protejam as mulheres dos abusos registrados nas mídias sociais, como compartilhamento de fotos íntimas sem autorização, chantagem sexual e intimidação por meio da divulgação pública de endereços e informações privadas.

Participaram: Juliana Cunha, da organização não governamental *SaferNet*; Janara Souza, professora de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB); Lola Aronovich, professora universitária e blogueira do *Escreva, Lola, Escreva*; Mônica Rosina, do Facebook; e Éricka Filipelli, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

As deputadas Gorete Pereira (PR-CE), procuradora da Mulher da Câmara, Benedita da Silva (PT-RJ) e Jô Moraes (PCdoB-MG), segunda-procuradora adjunta da Mulher, revezaram-se na mediação.

OUTUBRO (26) – RESULTADOS E DESAFIOS DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER

2017



Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

Aberta pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) e mediada pela ex-senadora Emília Fernandes, do Fórum de Mulheres do Mercosul, a Pauta Feminina discutiu os desdobramentos da 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher, realizada em Brasília entre os dias 17 e 20 de agosto de 2017, que contou com cerca de 1.800 participantes, entre gestoras(es), usuárias(os) e profissionais de saúde, vindos de todo o Brasil.

As convidadas exaltaram a necessidade de o Poder Legislativo acompanhar a aplicação das propostas aprovadas para que as políticas possam fazer a diferença na vida das mulheres.

Estavam presentes Kátia Souto, da Coordenação de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde; Elisa Costa, cigana romani, presidente da Associação Internacional Maylê Sara Kalí; Paula Benett, da coordenação de Diversidade LGBT do Governo de Brasília e membro do Conselho da Mulher do DF; e Ronald Santos, presidente do Conselho Nacional de Saúde, organizador da Conferência.

Eliane Nascimento, funcionária da Câmara dos Deputados e usuária do SUS, emocionou a todos com a narração da superação do primeiro câncer que enfrentou, há 18 anos.

NOVEMBRO (28) – VIOLÊNCIAS SENSÍVEIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO NASCIMENTO E NO PARTEJAR



Foto: Fernão Rocha / Senado Federal

O reconhecimento e a valorização do papel das parteiras tradicionais, como parte da programação dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, foi a preocupação geral no encontro mediado pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), com participação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

As expositoras foram Sandra de Souza Maciel, socióloga, parteira aprendiz e coordenadora Nacional do *Movimento Curador*; Maria Luiza Dias, da Rede

Estadual de Parteiras Tradicionais do Amapá; Verônica Durand, doutora em Antropologia e autora do livro *Órfãs de Esperança – Violências contra a Mulher – Alguns relatos no mundo*; e Silvéria Santos, parteira, enfermeira obstétrica e professora da Universidade de Brasília (UnB).

Prestigiaram o encontro as parteiras Adiles Sebastiana de Sá, conhecida como Irmã Soledade, em Santo Antônio do Descoberto, e Florentina Santos, Dona Flor, quilombola que fez 329 partos e teve 18 filhos sozinha.

DEZEMBRO (7) – VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

2017



Mediada pela deputada Rosinha da Adefal (Avante-AL), o *Pauta Feminina* abordou tema comum à 11ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado e à Campanha dos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher*.

A discussão reuniu Glauca Cristina da Silva, da Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência; Carolina Angélica Gomes,

do Sistema de Informações da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos; e Maria de Fatima Marinho de Souza, do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde.

Onã Silva, enfermeira e cordelista, fez apresentação artística. Roberta Viegas, do *Observatório da Mulher contra a Violência*, e Marcos Ruben, da Secretaria de Transparência do Senado, divulgaram dados produzidos pelo Senado sobre o assunto.

7. OFICINA – SAÚDE DA MULHER: AUTONOMIA NO CORPO E NA VIDA

Objetivo: A iniciativa da ProMul leva ao público feminino o conceito de saúde de acordo com orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), sob referência dos princípios e diretrizes de prevenção e proteção da saúde da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) do Sistema Único de Saúde (SUS), lançada pelo Governo Federal em 2004.

A dinâmica oferece informações técnicas sobre o funcionamento do corpo do ponto de vista sistêmico, em consideração ao ser humano em suas características físicas, emocionais e psíquicas.

A intenção é tratar a saúde preventiva referente às doenças preveníveis indicadas pelo Ministério da Saúde, quais sejam, doenças sexualmente transmissíveis e Aids (DSTs/Aids), sedentarismo, tabagismo, alcoolismo, diabetes e câncer de mama e do colo do útero.

Além disso, a oficina elucida as garantias legais em saúde da mulher e enaltece a visão de alteridade e a consciência cidadã, abrangendo direitos sexuais e direitos reprodutivos, com esclarecimentos sobre legislação federal e distrital no campo dos direitos humanos e da proteção da mulher contra a violência doméstica no contexto da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Formato: A dinâmica conta com materiais educativos e uma peça anatômica de esqueleto humano de tamanho natural, conhecida como *Esqueleta*. O método utilizado é o de observação participativa, no qual a mulher é encorajada a assumir os comandos do próprio corpo na dimensão pessoal e coletiva, numa atitude autônoma e independente, como reforço de sua identidade feminina.

O formato oficina contempla um ambiente que permite a um grupo de até 30 mulheres, a partir de 14 anos, conhecer o próprio corpo e redescobrir o repertório de aptidões e habilidades, de acordo com conceitos de autoconhecimento, autocuidado e autoestima, para assim refletir sobre o significado do que vem a ser autonomia e emancipação em saúde.

A dinâmica faz com que o corpo seja observado em sua condição relacional, ou seja, da mulher com ela mesma, dela com seus semelhantes e dela em seus ambientes de convívio, que são ambientes de poder. O próprio corpo é um ambiente de poder e o comando dessa estrutura, desse instrumento, na análise inter-relacional do ambiente doméstico, estudantil, profissional e no lazer permite a ela atuar de forma consciente e intencional em busca da transformação de uma realidade adversa.

É destacada a importância dos vínculos de afetividade, entendidos como atitudes de sentimento e união do ser humano com a vida e com a natureza, humana ou animal, no sentido da proteção de uma riqueza de grande proporção.

Orienta-se que a construção do ser feminino e do ser masculino, ou seja, a compreensão do que vem a ser gênero, passa pela percepção de que, antes de ser homem ou ser mulher, as pessoas são seres humanos, e, antes disso, são seres vivos e é papel de todos a defesa e a proteção da vida em sua amplitude, sem permitir que diferenças físicas, biológicas e sociais, como sexo, cor da pele, idade, classe social e aparência física, sirvam como justificativa para situações de violência, opressão, discriminação e arbitrariedades observadas em nossa sociedade.

O encontro procura mostrar que o resgate do humano na mulher e no homem representa agregar significado à vida de cada um. Diferenciam-se os conceitos de sexo, gênero, sexualidade e subjetividade.

Por meio do processo de análise, reflexão e síntese de noções sobre cuidados, a mulher compreende a dimensão física (condição fisiológica); emocional (equilíbrio, satisfação pessoal); social (habilidade de convivência em grupo, atividades sociais, lazer, cívicas, comunitárias) e espiritual (sentido da vida, valores, crenças religiosas) do que representa ter saúde.

Com auxílio de data show, ilustram-se os sistemas: Nervoso Central e Periférico, Hormonal, Reprodutor, Cardiorrespiratório e Digestório, Linfático, Límbico e Musculoesquelético.

2016 – MARÇO (30) – INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



Foto: Raniella Moura

2016 – OUTUBRO (17) – SERVIÇO DE TRANSPORTES



Foto: Ramilla Moura

2017 – MARÇO (24) – INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



Foto: Ana Voipe / Agência Senado

2017 – MAIO (12) – INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



Foto: Geovanna Pimenta/Comunicação Interna

2017 – MAIO (26) - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



Foto: Lunde Braghini / ProMull

2017 – JUNHO (29) – INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



Foto: Ramilla Moura / ProMull

**2017 – SETEMBRO (1º) – SENADO MULHERES NAS CASAS
LEGISLATIVAS – MANAUS – AM**



Foto: Arquivo Passaral

2017 – SETEMBRO (18) – INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA



Foto: Lurde Braghini / Prokuil

2017 – OUTUBRO (16) – INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO



Foto: Ramilla Moura

2017 – NOVEMBRO (24) – CÂMARA MUNICIPAL – PARINTINS – AM



Foto: Câmara Municipal de Parintins / Ascom

2017 – DEZEMBRO (8) – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA RIO BRANCO – AC



Foto: Ramilla Moura / ProMul

8. CAMPANHA MAIS MULHERES NA POLÍTICA

A Campanha da Bancada Feminina no Congresso é organizada pela ProMul em parceria com a Secretaria de Mulheres e a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados.

A campanha conta com cartaz virtual e banners.



A REFORMA QUE O BRASIL PRECISA.

Secretaria da
Mulher

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Procuradoria
Especial da Mulher



SENADO
FEDERAL

Conheça o *jingle Mais Mulheres na Política*:

Toda mulher nasceu pra brilhar
Em todo canto, em todo lugar
E traz nas mãos a força pra fazer acontecer
Só precisa de oportunidade
Pois tem garra e coragem
Pra fazer o Brasil crescer
Vem com a gente, tome seu lugar
Pois mulher nasceu pra brilhar
É o Brasil que precisa da mulher na política (bis)
É o Brasil que precisa da mulher na política (bis)

Composição: Paulo Marinho

Interpretação: Márcia Siqueira

Disponível em: <http://bit.ly/jinglemulher1>

8.1 LANÇAMENTOS

2016 – MAIO (23) – BELO HORIZONTE – MG



Foto: Assessoria de Imprensa da Deputada Dâmina

“Nossa luta é pela democracia, pela participação e pelo fortalecimento do Poder Legislativo”, disse a deputada Dâmina Pereira (PODE-MG), coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, no lançamento da Campanha *Mais Mulheres na Política*.

Com a presença da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), do presidente da Federação das Indústrias do Estado, Olavo Machado Junior, e de mulheres das mais variadas regiões mineiras, vereadoras, deputadas estaduais,

presidentes de partidos e lideranças femininas, o evento contou com palestra do juiz Ben-Hur Viza, coordenador do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. As servidoras da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados Marília Ribas, Valéria Billafan e Fernanda Monteiro explicaram o passo a passo para a criação da Procuradoria da Mulher nas Câmaras Municipais.

2016 – JUNHO (10) – BELÉM – PA



Foto: Andriela Araújo

A audiência promovida pela ProMul e pela Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados, para o lançamento da campanha *Mais Mulheres na Política*, contou com o apoio da Assembleia Legislativa do estado do Pará (Alepa), que acolheu público de cerca de 300 lideranças, entre representantes de movimentos sociais, de fóruns de mulheres contra a violência, mulheres empreendedoras além de, ativistas, sindicalistas e estudantes.

Entre outras autoridades, estavam: Fátima Pelaes, secretária de Política para Mulheres (SPM); deputada Elcione Barbalho (MDB-PA), procuradora

da Mulher da Câmara dos Deputados; deputada Gorete Pereira (PR-CE), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; deputada Zenaide Maia (PR-RN), vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; juiz Ben-Hur Viza, coordenador do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher do DF; e professora Nilse Pinheiro, liderança política do município de Ananindeua-PA.

2016 – JULHO (28) – TABATINGA – AM



Foto: Assessoria de Imprensa Senadora Vanessa Grazziotin

O município de Tabatinga sediou o lançamento da campanha *Mais Mulheres na Política*. Sétima cidade mais populosa do estado do Amazonas, com população estimada de 61.028 habitantes em 2015, situa-se na tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru.

“É importante dar à população indígena oportunidades, mas respeitando a sua cultura”, disse Vanessa Grazziotin, procuradora da Mulher do Senado, no auditório Aristóteles Cardoso, na Câmara Municipal. Diante da pré-candidata

ticuna a vice-prefeita, Josefina Awea, a senadora disse que “somente a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres fará a política mais igual”.

Entre os presentes, estavam jovens lideranças, como a mencionada Josefina Awea e Leonardo Bona, apresentados como pré-candidatos às eleições municipais; o vereador Zilmar de Abreu; a ex-vereadora Branca, que já dirigiu a União Brasileira das Mulheres em Tabatinga; e a presidente municipal do PCdoB, Camila Alvarado.

2016 – JULHO (29) – ATALAIA DO NORTE E BENJAMIN CONSTANT – AM



Foto: Assessoria de Imprensa Senadora Vanessa Grazziotin

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin, lançou a campanha *Mais Mulheres na Política* nos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, situados no sudoeste amazonense. Durante a manhã, Vanessa falou para um atento auditório, composto por lideranças políticas, na Câmara Municipal de Atalaia do Norte, ao lado de Ivanilde Fernandes, representante dos Movimento dos Assentados do Boia;

Neurani Rodrigues Araújo, presidente da Câmara; e Anete Castro Alves, secretária da Mulher do PCdoB no município.

Após o almoço, a senadora discursou na Câmara Municipal de Benjamin Constant, ao lado do presidente da Câmara Municipal, Adonias Carvalho Santana, e da prefeita, Iracema Maia, que levou o município ao primeiro lugar no ranking de transparência no estado do Amazonas e ao 12º lugar no Brasil.

9. SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, Banco Mundial, ONU Mulheres, Avon e parceiros, o seminário *Mulheres no Poder – Diálogos sobre Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência* fechou o ano de 2016 com recomendações a serem dirigidas ao Congresso Nacional em 2017. O evento reuniu 457 mulheres de vários estados no auditório Petrônio Portella, nos dias 14 e 15 de dezembro.

As participantes debateram temas essenciais para se compreender os fatores que sustentam a sociedade patriarcal e machista e quais seriam os mecanismos de transformação dessa realidade. Os temas foram: as experiências nacionais e internacionais de Observatórios de Monitoramento da

Violência de Gênero – com pesquisadores do Peru, do México e de Portugal; a presença das mulheres no universo político; o empoderamento feminino no setor privado; os orçamentos sensíveis a gênero; e a pauta de reivindicações do movimento organizado de mulheres e entidades do terceiro setor.

Na plenária final, as participantes recomendaram a valorização da diversidade das mulheres brasileiras na elaboração de políticas públicas, considerando suas especificidades, para que a legislação atenda a todas e incentive a participação de mulheres na política e em todos os espaços de poder. Houve também o repúdio a propostas legislativas que afetem os direitos das mulheres. No encerramento, a apresentação do grupo brasileiro de mulheres percussionistas *Batalá* traduziu o clima



Foto: Pedro França / Agência Senado

Rodolfo Dominguez, Manuel Lisboa, Paula Tavares, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Nadine Gasman, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), Roberta Viegas e Angela Albino.

dos dois dias de intensos debates, com ânimo e disposição para enfrentar os desafios de 2017.

Participaram: as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, Fátima Bezerra (PT-RN), Regina Sousa (PT-PI) e Marta Suplicy (MDB-SP); as deputadas Ângela Albino (PCdoB-SC), Carmen Zanotto (PPS-SC), Ana Perugini (PT-SP), Luizianne Lins (PT-CE) e Jô Moraes (PCdoB-MG); Sonia Margarita Siguenza, presidente da Comissão de Equidade de Gênero do Parlatino; Fátima Pelaes, secretária Especial de Políticas para as Mulheres; Raissa Rossiter, secretária-adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos

Humanos; Lucia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo de Brasília; Nadine Gasman, Eunice Borges e Wânia Pasinato, da ONU Mulheres no Brasil; Boris Utria, coordenador-geral de Operações do Banco Mundial no Brasil; Ana Costa, vice-presidente jurídica de relações governamentais da Avon; Emília Fernandes, do Fórum de Mulheres do Mercosul-Brasil; Roberta Viegas, do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado; as embaixadoras Sosormaa Chuluunbaatar (Mongólia), Beatriz Paredes (México) e Diana Vanegas (El Salvador); Tamar García, conselheira da Embaixada da Espanha; e Perpétua Almeida, ex-deputada federal.



Foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

Relatorias apresentam documento final à plenária.



Foto: Pedro Franca / Agência Senado

Público participa ativamente com recomendações que compuseram o relatório final do seminário.



Foto: Waldemir Barreto / Agência Senado

O grupo percussionista de mulheres *Batalá* levanta o público ao final do evento.



Foto: Geraldo Magela / Agência Senado

Lúcia Rincón (UBM) coordena mesa final com Leonice Tupari (Mulheres Indígenas), Valdecir Odara (AMNB), senadora Fátima Bezerra (PT-RN), deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e Carina Vitral (UNE).



Foto: Marcelo Favaretti

Emanuela Carvalho, autora do livro *Antes Feliz do que Mal Acompanhada*, em sessão de autógrafos na Casa da Mulher Brasileira.



Foto: Marcelo Favaretti

Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo de Brasília, recepciona delegação paulista com jantar na Casa da Mulher Brasileira.



Foto: Rita Polli / Prokul

Helena Prestes e Mônica de Sousa, duas gerações na luta em defesa da igualdade de gênero.



Foto: Rízia Polli / Proimul

Na biblioteca do Senado, mulheres prestigiam Ana Prestes, autora do livro *Mirela e o Dia Internacional da Mulher*, em sessão de autógrafos.



Foto: Marcelo Favaretti

Raquel Pretto (Mulheres do Brasil), Mônica de Sousa (Instituto Maurício de Sousa) e Boris Utria (Banco Mundial) debatem participação de mulheres em cargos de liderança em empresas privadas.



13-15 de dezembro em BRASÍLIA

APOIO



ORGANIZAÇÃO



10. DESTAQUES

A ProMul foi proponente de eventos dirigidos ao público interno e externo e apoiou iniciativas de órgãos da Casa, quais sejam: Diretoria-Geral, Observatório da Mulher contra a Violência, Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

Esteve presente em atividades realizadas pela Secretaria da Mulher da Câmara; Comissão da Mulher; Comissão Permanente Mista de Violência contra a Mulher; e Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.

Compareceu a encontros, seminários, congressos e reuniões, como convidada por representantes de organismos internacionais, órgãos do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário de estados e municípios, embaixadas e entidades dos movimentos sociais e de mulheres.



FEVEREIRO (3)

A formação do Laço Humano Rosa marcou o Dia Mundial de Combate ao Câncer. A ação sinalizou a data criada pela União Internacional de Controle do Câncer (UICC), celebrada em 4 de fevereiro, para reforçar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce da doença.

O evento contou com a presença de parlamentares e representantes de entidades e foi uma iniciativa da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de apoio à Saúde da Mama (Femama) e da ONG *Recomeçar* – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul), a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer da Câmara dos Deputados.



FEVEREIRO (4)

A Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de apoio à Saúde da Mama (FEMAMA) trouxe ao Congresso a campanha “Nós podemos. Eu posso”, liderada pela União Internacional para Combate ao Câncer (UICC), com o objetivo de mostrar que todos, juntos ou individualmente, podem fazer a sua parte para combater a doença.

Um painel colaborativo ficou disponível no Salão Azul do Senado, convidando parlamentares, assessores, servidores e visitantes a escreverem sobre o tema. As pessoas deixaram sugestões para melhoria do sistema público de saúde e para o controle e tratamento do câncer. Eunice Borges, representante do Escritório da ONU Mulheres no Brasil, e as deputadas Dâmina Pereira (PODE-MG) e Carmen Zanotto (PPS-SC), entre diversas autoridades, registraram suas mensagens no painel.

FEVEREIRO (23)

Em café da manhã no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a bancada feminina definiu o calendário de atividades do Mês da Mulher e indicou os projetos prioritários a serem aprovados em 2016. As parlamentares discutiram a Medida Provisória nº 696/15, que retirou a expressão “perspectiva de gênero” como uma das atribuições do recém-criado, à época, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Participaram as representantes da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM-PR), Aparecida Gonçalves, Raimunda Mascena e Rosali Scalabrin, e da Casa Civil, a assessora Iriny Lopes. Entre as parlamentares, estavam as senadoras Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ana Amélia (PP-RS), Fátima Bezerra (PT-RN) e Ângela Portela (PDT-RR).

MARÇO (2)

Representantes de 10 partidos políticos participaram da primeira reunião de 2016 do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, que debateu a programação do Mês da Mulher.

O encontro foi organizado pela Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas (Saiat), pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com o apoio da Bancada Feminina do Congresso.

Realizada em duas etapas, pela manhã na Secretaria de Políticas para as Mulheres e à tarde no Senado, as participantes acompanharam a votação da MP nº 696/2015, que tratou da reforma ministerial e da retirada da expressão “perspectiva de gênero”. A opinião unânime foi alertar e fazer gestões junto aos líderes partidários pela manutenção da palavra gênero em todos os projetos em análise nas comissões.

Foto: Marcelo Favaretti



Foto: Marcelo Favaretti





MARÇO (3)

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, e a ministra Luciana Lóssio receberam a Bancada Feminina do Congresso para atualizar informações sobre a aplicação da Lei nº 13.165/2015, da minirreforma eleitoral, no que diz respeito ao incentivo à presença feminina nas eleições de outubro de 2016.

Participaram do encontro as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, Lídice da Mata (PSB-BA), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lúcia Vânia (PSB-GO), Regina Sousa (PT-PI); as deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), Elcione Barbalho (MDB-PA), procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados, Soraya Santos (PR-RJ), Carmen Zanotto (PPS-SC), Janete Capiberibe (PSB-AP), Keiko Ota (PSB-SP), Ana Perugini (PT-SP); e o ministro Henrique Neves.



MARÇO (8)

No Plenário do Senado, a Sessão Solene do Congresso comemorou o Dia Internacional da Mulher com a entrega da 15ª premiação do Diploma Cidadã Bertha Lutz para homenagear personalidades que se destacaram na luta pelos direitos das mulheres.

Foram agraciadas: Ellen Gracie, Lucia Regina Antony, Luiza Helena Bairros, Lya Luft e o ministro Marco Aurélio Mello. A escolha de um homem aconteceu em decorrência do projeto de autoria da procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovado em Plenário em 2015, que permite a um homem ser agraciado com o Prêmio.

O Diploma Bertha Lutz foi criado pelo Senado em 2001 e já agraciou mulheres de destaque como a ex-senadora Emília Fernandes e a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, inspiradora da lei contra a violência dirigida às mulheres.



MARÇO (8)

A 4ª edição do concurso Lei Maria da Penha escolheu o quesito musical como inspiração e premiou as cinco melhores composições com o tema *Todos juntos pelo fim da violência contra a mulher*.

O evento no Salão Nobre da Câmara agradeceu Paulo Diego Pereira (Samambaia-DF), Fernanda Azevedo (Estância-SE), Lidiane Costa (Planaltina-DF), Juraildes da Cruz (Goiânia-GO), João Araújo (Goiânia-GO) e a banda formada por Luana Micheli Hansen e Drika Ferreira (São Paulo-SP).

Estavam presentes a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); as deputadas Elcione Barbalho (MDB-PA) e Dâmina Pereira (PODE-MG); Martin Raiser e Boris Utria (Banco Mundial).

Promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara, o concurso tem patrocínio do Banco Mundial e apoio da ProMul.



MARÇO (8)

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres foi lançada no auditório Freitas Nobre da Câmara por iniciativa da deputada Ana Perugini (PT-SP). Segundo ela, a frente vai atuar para resistir ao retrocesso aos avanços já alcançados nas áreas de saúde, trabalho e inclusão financeira, violência e educação inclusiva.

A primeira coordenação ficou composta pela senadora Regina Sousa (PT-PI), a deputada e professora Dorinha Seabra (DEM-TO) e a deputada estadual Márcia Lia (PT-SP). Também estavam presentes a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), as deputadas Erika Kokay (PT-DF), Ângela Albino (PCdoB-SC), Benedita da Silva (PT-RJ), Luiza Erundina (PSOL-SP), Laura Carneiro (DEM-RJ), Dâmina Pereira (PODE-MG) e a ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul.



MARÇO (9)

A cerimônia de entrega do balanço anual da ProMul ao presidente Renan Calheiros (MDB-AL), como prestação de contas do órgão, aconteceu na sala de reuniões da presidência do Senado. O documento foi entregue pela procuradora Especial da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Estavam presentes Boris Utria, coordenador-geral de Operações do Banco Mundial; as senadoras Simone Tebet (MDB-MS), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fátima Bezerra (PT-RN), Regina Sousa (PT-PI), Ana Amélia (PP-RS); as deputadas Dâmina Pereira (PODE-MG), Carmen Zanotto (PPS-SC), Jô Moraes (PT-MG), Conceição Sampaio (PP-AM), Laura Carneiro (DEM-RJ), Clarissa Garotinho (PR-RJ), diretora-geral do Senado Ilana Trombka; e o senador José Pimentel (PT-CE).



MARÇO (9)

A atriz, cantora, poetisa e jornalista Elisa Lucinda encantou o público em apresentação no Auditório Petrônio Portella, com canções e poemas sobre dores e amores do universo feminino.

O evento foi iniciativa do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero do Senado, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher e a Diretoria-Geral, e fez parte das comemorações do mês da mulher.

Na abertura, a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, lançou a campanha “Com que bolsa eu vou?”, para arrecadar roupas, calçados e itens de beleza e higiene pessoal a serem doados a mulheres da Casa Abrigo, onde, em endereço sigiloso, vivem provisoriamente mulheres em situação de risco de vida por terem sido vítimas de violência doméstica.



MARÇO (17)

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, ministrou palestra no VII Encontro Ibero-americano de Magistradas Eleitorais no Tribunal Superior Eleitoral. O encontro teve como objetivo dar continuidade ao diálogo entre autoridades eleitorais ibero-americanas sobre normas e meios que facultem o reforço do papel e da participação da mulher nos sistemas representativos dos países da região.

Coordenado pela ministra Luciana Lóssio, estavam representados Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Brasil. Prestigiaram o evento o ministro Henrique Neves (TSE), o Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral, o Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) e a ONU Mulheres.



MARÇO (31)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou a campanha *Mulher na Política* em sessão solene do Congresso Nacional, no Plenário do Senado, com a presença de parlamentares, do presidente do órgão, ministro Dias Toffoli, da ministra Luciana Lóssio, do ministro Henrique Neves e de dezenas de representantes da sociedade civil.

Participaram o presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Marta Suplicy (MDB-SP), as deputadas Dâmina Pereira (PODE-MG), Elcione Barbalho (MDB-PA), Conceição Sampaio (PP-AM), Soraya Santos (PR-RJ), Carmem Zanotto (PPS-SC), Keiko Ota (PSB-SP), Gorete Pereira (PR-CE) e Christiane Yared (PR-PR), e Camila Lanes, presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes).



ABRIL (2)

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi à cidade baiana de Saraúba levar a palavra da Procuradoria da Mulher sobre o tema *Mulher bancária e equidade de gênero na ascensão a cargos de poder político no Brasil*, no 1º Encontro das Bancárias da Bahia e Sergipe, promovido pela Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe (Feebbase).

Com 133 participantes, o encontro inédito de lideranças sindicais contou com a presença da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA). Grassa Felizola, bancária, diretora de Gênero da Feebbase e organizadora do encontro, afirmou que o momento foi importante para estimular a emancipação da mulher nos espaços de poder.

Entre os palestrantes, estavam Petilda Vazquez, historiadora; Adson França, médico; e Ivânia Pedreira, secretária da Mulher Trabalhadora da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB).



ABRIL (5)

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) promoveu audiência pública sobre violência contra as mulheres encarceradas. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), de 2014, o Brasil tem a quinta maior população de mulheres presas do mundo e a situação pode piorar nos próximos anos. A taxa de aumento da população carcerária feminina entre 2000 e 2014 é considerada alarmante: 517%, enquanto, entre os homens, foi de 220%.

Os dados foram apresentados pela representante do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Thandara Santos. Participaram da audiência pública as senadoras Simone Tebet (MDB-MS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher; e as deputadas Keiko Ota (PSB-SP), Erika Kokay (PT-DF) e Carmen Zanotto (PPS-SC).



ABRIL (11)

A ProMul prestigiou o *II Diálogo Nacional sobre Violência Doméstica* ao lado de lideranças feministas, com o objetivo de combater a cultura de violência e opressão.

O encontro no Rio de Janeiro-RJ foi organizado pelo Instituto Avon e pelo Fundo de Investimento Social (ELAS) e discutiu iniciativas apoiadas no edital 2016 do *Fundo Fale Sem Medo*, o qual tem o objetivo de formular ações em favor da mudança cultural pelo fim das violações contra as mulheres.

O Diálogo reuniu grupos e fóruns feministas, mulheres negras e indígenas de vários estados, como Ceará e Maranhão, e, ainda, estudiosos do tema, jornalistas, publicitários, defensores públicos, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e entidades dos movimentos sociais.

ABRIL (29)

A ProMul e a Diretoria Geral do Senado apoiaram a campanha “Com que bolsa eu vou?”, com arrecadação de kits para mulheres em situação de risco.

As doações de servidores do Senado foram entregues pela diretora-geral, Ilana Trombka, e pela procuradora da Mulher, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), à Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo de Brasília.

O engajamento vitorioso resultou em 155 kits com bolsas e itens de higiene pessoal e beleza, além de 240 peças de vestuário feminino destinadas às mulheres em situação de risco acolhidas pela Casa Abrigo do Distrito Federal.



MAIO (10)

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ângela Portela (PDT-RR) e Fátima Bezerra (PT-RN) participaram da abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília.

Ao lado da presidente Dilma Rousseff, estavam também ministras, deputadas federais e estaduais e lideranças comunitárias de todo o Brasil, para indicar objetivos e metas com o tema *Mais direitos, participação e poder para as mulheres*. A conferência reuniu mais de duas mil representantes de todas as idades, com variados níveis de escolaridade, raças, etnias e refletiu sobre formas de assegurar a democracia e a consolidação das políticas já colocadas em prática.

Estavam presentes Luis Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), e Nadine Gasman, do Escritório da ONU Mulheres no Brasil.



MAIO (31)

A ProMul apoiou o protesto no Congresso contra o aumento das violações sexuais de mulheres. Com cartazes e faixas com os dizeres *Nenhuma mulher merece ser estuprada, Mexeu com uma, mexeu com todas* e *Pelo fim da cultura do estupro*, as manifestantes chamaram a atenção de parlamentares e da sociedade para a importância do combate à violência que vitima mais mulheres a cada dia, com constantes casos de abuso ocorridos em todos os estados brasileiros.

O protesto começou no Salão Azul do Senado e, de lá, o grupo se dirigiu ao Salão Verde da Câmara. As manifestantes protestaram também no plenário do Senado, onde pediram ao presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), prioridade para votação do PLS nº 618/2015, que agrava a pena para estupro coletivo.

JUNHO (28)

A senadora Regina Sousa (PT-PI) representou a ProMul no lançamento do *Núcleo de Enfrentamento ao Femicídio* (NEF), do Governo de Brasília, criado para prevenir e investigar mortes violentas de mulheres motivadas por questões de gênero.

O debate, na Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, aconteceu durante o seminário *Lei do Femicídio: Processo Histórico, Aplicações e Desafios*.

O Núcleo criado integrou-se ao *Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida*, política de segurança pública do Distrito Federal.

Participaram Márcia Rollemberg, colaboradora do Governo de Brasília; Joe Vale, secretário da SEDESTMIDH-DF; Ben-Hur Viza (TJDF); Thiago Pierobom (MPDFT); e Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo de Brasília.

JULHO (4)

O Seminário Internacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância reuniu parlamentares, especialistas e convidados estrangeiros em encontro para debater iniciativas do Marco Legal da Primeira Infância com base na vigência da Lei nº 13.257/2016, com o apoio do Banco Mundial, presente com Boris Utria e Mary Young.

O público lotou o auditório Petrônio Portella do Senado, no evento organizado pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; pela Frente Parlamentar da Educação; pelas Comissões de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal; pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, de Educação e de Seguridade Social e Família, da Câmara; pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, e com apoio da ProMul.

Foto: Rita Polli



Foto: Marcelo Favaretti





JULHO (13)

A Bancada feminina do Senado promoveu café da manhã no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para discutir a agenda prioritária para o segundo semestre.

As parlamentares analisaram projetos de interesse das mulheres, em tramitação nas comissões temáticas do Congresso, e orientaram a agenda de atividades de acordo com o cronograma da Comissão Especial do Impeachment e dos prazos do calendário de campanha das eleições municipais.

Estavam presentes as senadoras Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ana Amélia (PP-RS), Fátima Bezerra (PT-RN), Ângela Portela (PDT-RR) e Lídice da Mata (PSB-BA), representantes da Comissão Mista de Combate à Violência contra Mulher, e Ilana Trombka, diretora Geral do Senado.



AGOSTO (17)

Com a presença da farmacêutica Maria da Penha, cujo nome batiza a Lei nº 11.340/2006, o Congresso celebrou o 10º aniversário da mais avançada lei de proteção às mulheres em sessão solene no Plenário do Senado.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) lançou o Portal do Observatório da Mulher contra a Violência; a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou folder com dados sobre a relação entre participação política e violência contra as mulheres, produzido pela ProMul; e a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) anunciou lançamento do curso gratuito à distância *Dialogando sobre a Lei Maria da Penha*, oferecido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) e a primeira dama e colaboradora do Governo do Distrito Federal, Márcia Rollemberg, anunciaram a indicação de Maria da Penha ao Prêmio Nobel.



OUTUBRO (4)

Cerca de 200 pessoas prestigiaram o lançamento da campanha contra o Câncer de Mama no Salão Negro do Congresso.

As cúpulas do palácio ficaram coloridas de rosa para lembrar a importância da prevenção.

O público ocupou a parte externa depois de visitar a exposição fotográfica *Viva a Vida*, da entidade de mulheres mastectomizadas *Recomeçar*, no Espaço Galeria do Senado.

Participaram as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Marta Suplicy (MDB-SP), Fátima Bezerra (PT-RN), Angela Portela (PDT-RR), Regina Sousa (PT-PI), Kátia Abreu (PDT-TO); as deputadas Luciana Santos (PCdoB-PE), Jô Moraes (PCdoB-MG), Alice Portugal (PCdoB-BA), Elcione Barbalho (MDB-PA), Carmem Zanotto (PPS-SC), Benedita da Silva (PT-RJ), Flávia Moraes (PDT-GO), Conceição Sampaio (PP-AM); representantes da sociedade civil, da diplomacia e de entidades femininas; Márcia Rollemberg, colaboradora do Governo de Brasília; Ilana Trombka, diretora-geral do Senado; e Lúcia Bessa da SEDESTMIDH-DF.



OUTUBRO (17)

Cerca de quarenta pessoas, a maioria mulheres, compareceram à exibição do filme *As Sufragistas*, de Sarah Grayson, no auditório do Interlegis, em atividade da ampla programação do Mês do Servidor e da Servidora, realizado pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e pelo Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero, com apoio da ProMul.

A sessão foi complementada por um debate com Danusa Marques, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – *Demodê*.

O filme registra a luta das mulheres, por meio de manifestações, pela conquista do voto feminino na Inglaterra em 1918, com restrições, e finalmente aberto a todas as mulheres, em 1928.



OUTUBRO (24)

Mais de 200 líderes indígenas do baixo, do médio e do alto rio Xingu discutiram a divulgação inadequada da imagem das mulheres na internet e em outras mídias, no 4º Encontro das Mulheres Xinguanas, realizado pela Associação Yamurikumã de Mulheres Xinguanas.

O evento aconteceu na Aldeia Capivara, no Parque Indígena do Xingu, com o apoio do Fundo ELAS, do Instituto Avon e do *Fundo Fale Sem Medo*. Participaram representantes da FUNAI, da ProMul e da Associação Cultural de Realizadores Indígenas e lideranças femininas locais.

O principal objetivo da Associação Yamurikumã é fortalecer politicamente as lideranças femininas das aldeias, para que estejam preparadas para representar as comunidades xinguanas nas reuniões dentro e fora do Parque do Xingu.



NOVEMBRO (9)

A Bancada Feminina do Senado promoveu café da manhã no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher, para discutir preparativos do seminário *Mulheres no Poder: diálogos sobre empoderamento político, econômico e social*, a ser realizado em dezembro de 2016.

Participaram as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Simone Tebet (MDB-MS), Regina Sousa (PT-PI), Lídice da Mata (PSB-BA), Ângela Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR); as deputadas Ana Perugini (PT-SP) e Jô Moraes (PCdoB-MG); representantes do Grupo Mulheres do Brasil; Boris Utria, coordenador-geral de operações do Banco Mundial no Brasil; Ilana Trombka, diretora-geral do Senado; e a ex-deputada Pérpetua Almeida.

2016 – NOVEMBRO (24)

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher, fez palestra sobre participação feminina na política, no colóquio *Avaliações das regras aplicadas às Eleições 2016*, realizado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O evento reuniu ministros, ex-ministros, juízes, procuradores, advogados, parlamentares, consultores, servidores e autoridades eleitorais para discutir temas como registro de candidaturas, financiamento de campanha, propaganda eleitoral, sistemas eleitorais e participação feminina na política.

O encontro foi uma iniciativa inédita da Justiça Eleitoral e reuniu autoridades e profissionais de diferentes áreas para contribuir com os mais diversos pontos de vista sobre a condução do processo eleitoral.

MARÇO (7)

Uma palestra de Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho de Administração do *Magazine Luiza* e fundadora do grupo *Mulheres do Brasil*, marcou a abertura da programação do *Março Mulheres – Igualdade no Trabalho*.

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Maria do Carmo (DEM-SE) saudaram as líderes empresariais no Plenário do Senado.

À frente da empresa com forte protagonismo feminino, Luiza Trajano falou para um atento público no auditório Petrônio Portella e destacou a importância do respeito à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e da valorização da competência profissional de cada um. “Pessoas em primeiro lugar, equipe alinhada e comprometida, busca constante pela inovação, tecnologia a serviço do cliente, agressividade na mídia e ganha-ganha nas relações”, recomendou.





MARÇO (8)

No Dia Internacional da Mulher, mais de 50 países e 60 cidades brasileiras fizeram atos, paralisações e apitações contra as desigualdades, a violência e o retrocesso nos direitos das mulheres.

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Regina Sousa (PT-PI), Lídice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN) e Ângela Portela (PDT-RR) se concentraram em frente à entrada do Senado, recepcionando servidoras e servidores com o lema *Nenhum direito a menos* #EuParo.

A senadora Gleisi promoveu “apitação” de um minuto na sessão solene, no Plenário, em repúdio a medidas que ferem direitos conquistados pelas mulheres. Parlamentares, entidades e organizações femininas terminaram o dia na *Marcha das Mulheres*, que teve início no Museu da República, às 14h.



MARÇO (8)

A entrega do Diploma Bertha Lutz abriu a Sessão Solene do Senado para celebrar o Dia Internacional da Mulher, que durou mais de oito horas, com discursos de 35 senadores e cinco deputadas.

O diploma foi outorgado a Denice Santiago, chefe da Sessão de Valorização da Mulher Policial Militar da Bahia e Comandante da Ronda Maria da Penha; Diza Gonzaga (foto), fundadora da *Fundação Thiago de Moraes Gonzaga*, entidade responsável pelo programa *Vida Urgente*, que conta com 18 mil voluntários dedicados à prevenção de acidentes de trânsito na cidade de Porto Alegre; Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, embaixadora do Brasil na Sérvia; Raimunda Luzia de Brito (foto), presidente do Projeto *Coletivo de Mulheres Negras do Mato Grosso do Sul*; e Tati Bernardi, jornalista, romancista e cronista.

MARÇO (23)

O painel *Liderança e oportunidades iguais* debateu as dificuldades para ascensão de mulheres no mercado de trabalho, em atividade promovida pelo Comitê de Gênero e Raça, no auditório do Interlegis.

Roberta Gregoli, do Observatório da Mulher contra a Violência, ressaltou que 55% das brasileiras estão fora do mercado, fato que atribui à violência de gênero e à cultura machista.

Ramila Moura, da ProMul, disse que, para as mulheres negras, há o agravante do racismo. “Antes de falar de liderança, precisamos falar de presença e inclusão”.

Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, lembrou que, no Senado, 63% das estagiárias são mulheres, “mas quando vamos para cargos efetivos, somos apenas 30%”.

MARÇO (8)

A 5ª edição do concurso sobre a Lei Maria da Penha teve como mote o quesito fotografia e reuniu 881 imagens com o tema *Empoderamento Feminino e Superação da Violência*.

Nas categorias jovens e adultos, foram premiados os três primeiros colocados de cada grupo e entregues 15 menções honrosas.

A cerimônia no Salão Nobre da Câmara contou com a presença das deputadas Elcione Barbalho (MDB-PA), Dâmina Pereira (PODE-MG), Flávia Moraes (PDT-GO) e Raquel Muniz (PSD-MG); de Eunice Borges (ONU Mulheres); e dos representantes do Banco Mundial Martin Raiser, Boris Utria, Nayé Bathily e Candice Rocha.

A premiação é iniciativa da Secretaria da Mulher da Câmara, tem patrocínio do Banco Mundial e apoio da ProMul.

Foto: Fernanda Stumpf / Senado



Foto: Antônio Araújo / Câmara dos Deputados





MARÇO (16 E 17)

Intuição, malícia, firmeza e presença de espírito são atributos importantes dos quais as mulheres podem lançar mão ao se depararem com possíveis situações de violência física e sexual.

Acompanhadas de abordagem psicológica, social, pedagógica e jurídica, essas orientações e ainda muitas técnicas baseadas em lutas marciais foram dadas às participantes das quatro turmas do Curso de Defesa Pessoal ministrado por instrutores da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado, na Academia de Polícia, como parte do calendário do Mês da Mulher.

A intenção foi encorajar a mulher a se defender, ensinando golpes que podem ser utilizados em legítima defesa. Idealizado pelo servidor Flávio Nunes, o curso ensinou técnicas para escape de situações de violência urbana e doméstica e foi aplicado pela primeira vez em 2013.



ABRIL (6)

Vinte e cinco servidoras do Senado participaram da terceira e última fase do *workshop* sobre os desafios para a ascensão profissional das mulheres. O objetivo foi compartilhar conhecimentos e experiências sobre as causas que impedem empresas e órgãos públicos de ter lideranças femininas no topo dos cargos de chefia.

Em formato dinâmico, a atividade conduzida por Juliana Soares, *coach* do Programa de Desenvolvimento de Equipes do Senado, contou com colaboração das servidoras Roberta Gregoli, do Observatório da Mulher contra a Violência; Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; Ramíla Moura, da ProMul; e Cristina Monteiro, da Diretoria-Geral.

Foto: Arquivo Plan Internacional



ABRIL (16)

A ProMul participou da mesa de abertura de um projeto de empoderamento feminino, em São Luís-MA, que contou com 110 meninas, entre 9 e 13 anos, vindas da capital e de 20 municípios do interior.

Iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher, em parceria com a ONG *Plan Internacional* e apoio do Governo do Maranhão, o programa *Escola de Liderança de Meninas*, implantado em outubro de 2016, tem o objetivo de viabilizar a garantia de direitos e a organização das mulheres desde meninas.

Laurinda Pinto, secretária Estadual da Mulher, disse que o trabalho pretende formar novas mentalidades para que o potencial das meninas seja aproveitado em todos os espaços de poder e quadros de liderança.

ABRIL (20)

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e o secretário de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Gutemberg Gomes, assinaram acordo, na Casa da Mulher Brasileira, para destinar 2% de vagas nos contratos de terceirização do Senado a mulheres que tenham passado por situações de violência doméstica. Erika Kokay (PT-DF), deputada federal, e Celina Leão (PPS), deputada e procuradora Especial da Mulher na Câmara Distrital, foram as testemunhas do acordo.

A ideia nasceu durante campanha do Governo de Brasília de doação de bolsas com objetos de uso pessoal para mulheres em situação de vulnerabilidade, abraçada pela Diretoria-Geral em parceria com a ProMul e o Observatório da Mulher contra a Violência em março de 2016.

Foto: Ana Volpe / Agência Senado





MAIO (4)

A ministra Luciana Lóssio foi homenageada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na presença de lideranças femininas de diversos órgãos públicos e entidades que reconheceram sua competência e habilidade na defesa do aumento da presença feminina na política.

Como ministra, Luciana apoiou a campanha *Mais Mulheres na Política*, lançada pela Bancada Feminina do Congresso, em 2015; foi parceira da *Plataforma Cidade 50x50*, da ONU Mulheres; e presidiu a Associação de Magistradas Eleitorais Ibero-Americanas, entidade criada para lutar pelos direitos de igualdade das mulheres.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) representou as congressistas e foi portadora da moção de homenagem assinada pelas 13 senadoras. O presidente da Corte, Gilmar Mendes, leu e registrou nos anais o apoio à ministra.



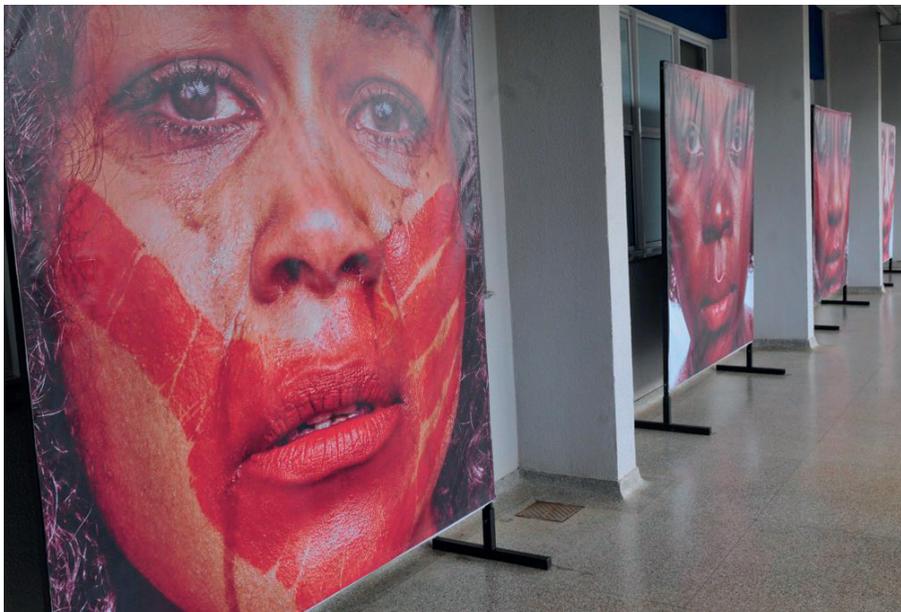
MAIO (9)

A procuradora Especial da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), acompanhou as jornalistas Patricia Zaidan, editora especial da revista *Claudia*, e Tatiana Schibuola, diretora de redação, na visita ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para entrega do dossiê *Reforma das Mulheres*.

Em minuciosa reportagem, a revista abordou reformas necessárias para melhorias na vida das mulheres brasileiras nos eixos família, saúde, educação, trabalho, violência e política.

Todas as parlamentares da Bancada Feminina do Congresso receberam a publicação. A senadora Vanessa destacou a grande importância de “ter uma revista, tão lida pelas mulheres, engajada nessa luta pela independência e pela igualdade de direitos entre mulheres e homens”.

Foto: Toninho Tavares / Agência Brasília



JUNHO (2)

O aniversário de dois anos da Casa da Mulher Brasileira foi comemorado com uma mostra fotográfica de rostos de vítimas de violência doméstica – *Nunca me Calarei*, do fotógrafo Márcio Freitas.

Localizada na quadra 601 Norte, no Plano Piloto, a Casa oferece orientação jurídica, assistência social e psicológica, acolhimento humanizado, palestras, seminários, cursos profissionalizantes, reuniões, encontros de rede, rodas de conversa e visitas guiadas e é subordinada à Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo de Brasília.

A cerimônia contou com a presença da deputada federal Érika Kokay (PT-DF) e de autoridades locais e representantes de entidades de mulheres e dos movimentos sociais.

Foto: Mídia Ninja



JUNHO (13)

Com o tema *Transição Cidadã – Nossas Vidas Importam*, o 14º Seminário LGBT, em formato de *talk show*, trouxe ao Congresso o depoimento de pessoas transgêneras e cisgêneras de diferentes orientações sexuais e atuações profissionais, sociais e políticas.

O objetivo foi combater a violência familiar e orientar a educação na diversidade, para garantia de direitos civis e sociais.

O encontro, apoiado pela ProMul, foi organizado pelo gabinete do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), pela liderança do PSOL na Câmara, pela Frente Parlamentar dos Direitos Humanos, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela senadora Marta Suplicy (MDB-SP), e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pela senadora Regina Sousa (PT-PI).



JUNHO (19)

Sandra Gaia e Anderson Santos apresentaram à ProMul o projeto *Annitas – Pensem Fora da Caixa!*, voltado ao empoderamento feminino por meio de prevenção e tratamentos de transtornos emocionais entre servidoras públicas municipais.

A iniciativa foi subsidiada na Lei Federal nº 13.272, de 15 de abril de 2016, que instituiu o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte, originária de projeto das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN), e do senador Romário (PSB-RJ).

Desenvolvido pelo *Instituto Educação Sem Fronteiras*, o projeto foi aplicado pioneiramente em abril de 2017, na cidade catarinense de Pomerode.



JUNHO (18)

No Dia Nacional do Orgulho Autista, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou em discurso a importância do respeito aos direitos conquistados com muita dificuldade no Congresso a partir da luta de familiares e de entidades ligadas à realidade de pessoas que convivem com o espectro autista.

“O acolhimento é necessário em todos os lugares de convívio social, seja em casa ou nas ruas, no comércio e nos ambientes educacionais e de lazer, para que toda a sociedade assuma esse compromisso com fé e coragem”, alertou.

De acordo com o presidente do Movimento Orgulho Autista (Moab), Fernando Cotta, o desafio é fazer cumprir a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15), que beneficia cerca de 45 milhões de brasileiras e brasileiros com algum tipo de deficiência.

JUNHO (30) / JULHO (1º)

Com participação de mais de 800 pessoas, a 1ª Conferência de Saúde da Mulher do Distrito Federal elegeu 220 representantes à 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, sendo 192 eleitos e 28 membros natos do Conselho de Saúde do DF, divididos em 50% de usuários, 25% de gestores e 25% de trabalhadores. Dos 220 delegados, 82% eram mulheres.

A ProMul participou de duas das sete etapas regionais, das quais nasceram propostas sobre: *O papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e seu reflexo na vida das mulheres*; *O mundo do trabalho e suas consequências na saúde das mulheres*; *Vulnerabilidades nos ciclos de vida das mulheres na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde*; e *Políticas públicas e participação social*.

JULHO (4)

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) acolheu queixa feita por 10 indígenas da Região Sul do Brasil sobre assédio sexual e moral a mulheres indígenas.

Acompanhadas dos maridos e filhos/as, as indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani denunciaram omissão e falta de providências de autoridades, um mês após protocolarem a acusação formal.

“O assédio por parte de profissionais de saúde indígena acontece nas cinco regiões do País, mas no Sul as nossas meninas tiveram coragem de denunciar”, disse a advogada Fernanda Inácio Belfort, do povo Kaingang.

As senadoras Regina Sousa (PT-PI), presidenta da CDH, Fátima Bezerra (PT-RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o senador Paulo Paim (PT-RS) garantiram apoio político pela efetiva análise e esclarecimento dos fatos por parte dos órgãos e autoridades envolvidas.

Foto: Matheus Oliveira / Agência Saúde



Foto: Pedro França / Agência Senado





AGOSTO (3)

Coordenado nacionalmente pela empresária Luiza Trajano, o Grupo Mulheres do Brasil (GMdB) lançou sua seção em Brasília, em iniciativa prestigiada pela ProMul e Diretoria Geral do Senado. O núcleo de Brasília foi o 14º do País e tem como líder a empresária Janete Vaz, do Instituto Sabin.

O objetivo do GMdB é empoderar mulheres de diversos setores para serem protagonistas na construção de um País melhor. Composto por grupos temáticos de saúde, educação e trabalho, o GMdB acompanha e apoia projetos sobre mulheres, como o PL nº 7.179/2017, que trata da participação feminina nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista. Atualmente em análise na Câmara, o PL se originou de projeto de lei aprovado no Senado (PLS nº 11/2010), de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).



AGOSTO (3)

A ProMul realizou uma Roda de Conversa sobre o documentário *Feminino Cangaço*, do pesquisador, historiador e cineasta baiano Manoel Neto, na sala 2 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

“As mulheres entraram tardiamente, mas de forma marcante na história do cangaço”, afirmou o professor. Segundo ele, o marco foi a entrada de Maria Bonita para o grupo de Lampião, em 1929, quando tinha 18 anos de idade, o que abriu caminho para cerca de 50 a 60 mulheres.

À frente do Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), o autor dirigiu *Feminino Cangaço* junto com Lucas Vianna. O documentário ultrapassou 100 mil visualizações no Youtube e foi também exibido na TV Senado, que gravou edição do programa Cidadania com Manoel Neto e a senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

Foto: Arquivo Pessoal



AGOSTO (4 A 6)

Mais de 400 mulheres de todo o Brasil reuniram-se em Salvador-BA para o 10º Congresso Nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM). Com a palavra de ordem *Nenhum direito a menos e em defesa da democracia*, o encontro da entidade criada em 1988 elegeu na plenária final como presidenta a amazônense Vanja Santos.

A coordenadora da ProMul, Rita Polli, transmitiu a saudação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ao lado da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), primeira presidenta da UBM, que manifestou pesar pelo falecimento, em maio daquele ano, de Gilse Cosenza, também presidenta.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) destacou o prestígio da entidade dedicada à luta das mulheres, demonstrado pela presença de dezenas de lideranças políticas, entidades sindicais e dos movimentos sociais.

Foto: Rita Polli



AGOSTO (5)

A Bancada Feminina do Senado definiu o calendário de atividades do segundo semestre e projetos prioritários para as mulheres, em encontro de trabalho na casa da senadora Vanessa Grazziotin, procuradora Especial da Mulher.

As senadoras elaboraram documento com 12 propostas que foram apresentadas ao presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), com pedido de apoio para análise e aprovação de projetos de lei prioritários na luta pela igualdade de gênero e em defesa dos direitos das mulheres.

A Oficina *Senado Mulheres nas Casas Legislativas* também foi discutida. A proposta leva aos estados experiências legislativas e colhe sugestões locais para novas proposições nas áreas de trabalho e inclusão financeira, saúde, educação e direitos humanos.



AGOSTO (17 A 20)

A 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (CNSMu), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, reuniu quase duas mil pessoas, das quais 1.261 foram escolhidas em pré-conferências que envolveram 90 mil participantes em todos estados da Federação.

Realizado três décadas após a 1ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, em 1986, o encontro aprovou cerca de 320 propostas, num ambiente em que se exercitou o entendimento sobre as necessidades da população feminina que devem nortear as ações do Estado.

A 2ª CNSMu reconheceu projetos que ampliam o acesso e a atenção à saúde das mulheres. Seis destas iniciativas receberam premiação, oferecida pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e pelo Conselho Nacional de Saúde. Os projetos terão suas experiências publicadas em livro.



AGOSTO (29)

A fase final do projeto *Meninas no Poder* foi apresentada no auditório do Interlegis, quando 20 meninas com idades entre 9 e 13 anos, representando 200 jovens das cinco regiões do País, deram depoimentos sobre situações de superação de arbitrariedades e discriminações.

As adolescentes, em sua maioria negras e moradoras de periferias, vieram do Pará, do Maranhão, do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

A iniciativa da ONG *Plan Internacional Brasil* foi apoiada pela ProMul, pela ONU Mulheres e pela Unicef.

Entre as presenças: Joana Chagas (ONU Mulheres); Maria Gutenara (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); Rubia Quintão (Secretaria de Governo); Perla Ribeiro (Governo de Brasília); e Viviana Santiago, Flávio Debique, Monica Souza e Bárbara Barboza (Plan).

Foto: Gab. Deputada Alessandra Campêlo



SETEMBRO (1º)

A cidade de Manaus recebeu a primeira edição da Oficina *Senado Mulheres nas Casas Legislativas*, no auditório Belarmino Lins da Assembleia local.

O projeto leva à comunidade informações sobre as atividades da Bancada Feminina do Senado e colhe sugestões de órgãos públicos e entidades dos movimentos sociais nas áreas de trabalho e inclusão financeira, educação, saúde e direitos humanos, política e equidade de gênero.

A oficina é iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro; da ProMul; do Observatório da Mulher contra a Violência; do Comitê de Gênero e Raça; da Diretoria-Geral; e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e a deputada estadual Alessandra Campêlo (MDB-AM), única mulher na atual legislatura, prestigiaram o evento.

Foto: Jane de Araújo / Agência Senado



SETEMBRO (5)

A ProMul apoiou o lançamento da seção brasileira do Fórum de Mulheres do Mercosul. Organização sem fins lucrativos, presente em vários estados brasileiros, criada em 1995 por mulheres da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, o Fórum reúne parlamentares e representantes da sociedade civil. Entre as brasileiras, destacam-se a senadora Marta Suplicy (MDB-SP) e a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ).

Integrantes de vários segmentos profissionais participaram da reunião dirigida por Emília Fernandes, presidente Nacional do Fórum de Mulheres do Mercosul-Brasil, ex-senadora e ex-ministra de Políticas para as Mulheres. Ela deu posse à coordenadora do Fórum no DF, Mara Dall'Negro, que tem larga trajetória nas causas feministas e empreendedorismo das mulheres.



SETEMBRO (11)

Exibido no auditório do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, o filme *Xinguilamento – a força dos ancestrais*, de Marisol Kadiegi, recebeu elogios da senadora Regina Sousa (PT-PI), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

“A história tem que estar sempre sendo recontada”, disse a senadora sobre a mostra de três documentários da diretora angolana radicada no Brasil. Segundo Marisol Kadieji, “o objetivo do projeto é contar histórias e mostrar aspectos de Angola, valorizando a ancestralidade e a cultura dos antepassados”.

Com curadoria de Edileuza Souza Penha, coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, a atividade contou com apoio da ProMul e da ONU Mulheres, em razão da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024.



OUTUBRO (3)

Cerca de 300 pessoas se reuniram no Salão Negro para o tradicional ato de iluminação do prédio do Congresso na abertura da campanha *Outubro Rosa contra o Câncer de Mama*.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher, destacou o trabalho de senadoras e deputadas para construir agenda pela prevenção do câncer em conjunto com órgãos federais; o governo de Brasília; e entidades da sociedade civil, como a Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (*Recomeçar*), a Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA) e a Rede Feminina de Combate ao Câncer.

A escola brasileira de balé *Etude Seasons* apresentou uma adaptação do 3º ato do balé *A Bela Adormecida*, de Tchaikovsky, com direção de Maria Poggi, e o Grupo Merck ofereceu o coquetel de encerramento.

OUTUBRO (6)

O Instituto *Onco-Vida* realizou, no Auditório do Interlegis, um *talk show* com palestras interativas sobre as intercorrências do câncer de mama. A atividade nasceu da parceria entre o instituto brasileiro dedicado à oncologia, a Dger do Senado, o Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, e a ProMul.

A dinâmica foi conduzida pelos oncologistas Andréa Farias, Andreza Karine e Cristiano Augusto; o mastologista Rodrigo Pepe; a oncogeneticista Magda Gomes; a psicóloga Raquel Helena; a nutricionista Paulina Nunes; e a fisioterapeuta Kristina Silva.

A equipe da *Onco-Vida* defendeu o tratamento preventivo humanizado e multidisciplinar e respondeu a diversas perguntas do atento público sobre o peso da genética no câncer, os fatores ambientais favorecedores da doença e a relação com o envelhecimento.

OUTUBRO (7)

Trinta mulheres do grupo *Rosas do Cerrado* desfilaram modelos originais de figurinos na Orla do Pontão do Lago Sul, diante de centenas de pessoas, em evento que contou com abertura da Banda Naval e foi apoiado pelo grupo de voluntárias *Cisne Branco*.

A atividade fez parte da agenda do *Outubro Rosa*, com apoio da ProMul, ao lado de órgãos federais, do governo de Brasília e entidades da sociedade civil. O grupo atua em favor de mulheres que se recuperam do câncer de mama e pela reinserção delas na vida profissional e nas atividades diárias.

O Departamento *Voluntárias Cisne Branco* é um segmento do *Abrigo do Marinheiro*, organização civil sem fins lucrativos, que tem o propósito de contribuir para o bem-estar dos militares e servidores civis da Marinha, por meio de atividades sociais complementares.





OUTUBRO (9)

Cento e cinquenta colaboradoras terceirizadas do Senado fizeram exames de mamografia e prevenção do câncer do colo do útero como parte da campanha *Outubro Rosa contra o Câncer de Mama*.

A ação foi organizada pelo Sistema Integrado de Saúde (SIS), pela Dger, pela Promul, pela Sociedade Brasileira de Mastologia-DF e pelo Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), com apoio da Secretaria de Estado da Saúde.

As mulheres foram primeiramente avaliadas pela equipe do SIS, em seguida fizeram agendamento para realizar os exames e, ao final, retornaram para nova consulta, quando receberam resultados e orientações de tratamento.

A iniciativa inédita poderá vir a se repetir em 2018 e representa o reconhecimento institucional e o compromisso do Poder Legislativo pelo combate à doença que vitima milhares de mulheres todos os anos no Brasil.

OUTUBRO (12 A 15)

A ProMul participou da segunda edição do encontro *Na Luz do Partear – Vivência formativa sobre os Saberes Tradicionais da Arte do Parto e do Partear*, no Convento da Conceição, em Olinda-PE.

A parteira anfitriã do evento, Dona Prazeres, de 82 anos, foi agraciada em 2008 com o Prêmio Bertha Lutz.

Cerca de 65 profissionais de saúde, entre parteiras, médicas, doulas, enfermeiras, psicólogas fisioterapeutas e estudantes, trocaram experiências sobre os saberes das parteiras tradicionais em comparação com os conhecimentos técnicos componentes das grades curriculares dos cursos de medicina, enfermagem e obstetria no Brasil.

A primeira edição do encontro aconteceu em maio de 2016 em Alto Paraíso de Goiás e foi organizada pelo *Movimento Curador e A Parteira Souvenirs*.



OUTUBRO (14 A 18)

A Bancada Feminina do Senado foi representada pelas senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) na 137ª Assembleia da União Inter-Parlamentar (UIP), em São Petersburgo, na Federação Russa.

Ao retornar da missão, elas exibiram no Plenário o mapa da UIP e criticaram a falta de prioridade dada ao tema mulheres no Parlamento durante a discussão da Reforma Política no Congresso, que não examinou a PEC 134, apesar do empenho das parlamentares.

Atualmente em análise na Câmara dos Deputados, a PEC da mulher nasceu no Senado no eixo da campanha *Mais Mulheres na Política*, lançada em 2015.

O Mapa Mulheres na Política 2017, atualizado anualmente pela UIP, mostra o Brasil na 154ª posição mundial em participação política das mulheres, à frente apenas do Haiti no continente americano.

OUTUBRO (18)

Cerca de 100 pessoas desenharam um laço humano no gramado em frente ao Congresso em celebração à campanha internacional de prevenção e combate ao câncer de mama.

Portando mais de 300 balões na cor rosa, representantes da organização de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (*Recomeçar*) e da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (FEMAMA), em parceria com a Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer da Câmara dos Deputados e a ProMul, fizeram performance ao soltar as bexigas ao céu.

“Cada Outubro Rosa é marcado pelo esforço de dar à população brasileira o acesso ao que determina a lei”, disse a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), coordenadora da Frente Parlamentar.



OUTUBRO (19)

Duas integrantes do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado palestraram na Semana de Qualidade de Vida do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), realizada na sede do órgão em Brasília.

Maria Cristina Monteiro, diretora da Secretaria de Relações Públicas, e Ramíla Moura, jornalista da ProMul, abordaram o tema *Desafios para equidade de gênero e raça no mundo do trabalho*.

Elas mencionaram dados da consultoria McKinsey, veiculados na revista *Exame*, segundo os quais “nas empresas com diversidade de gênero na gestão, o resultado financeiro é 15% superior em relação à média de suas concorrentes diretas. Quando há também a diversidade étnica na liderança, os resultados são 35% maiores”.

OUTUBRO (31)

Idealizado pela *Johnson & Johnson*, com apoio da ProMul, e organizado pela *DUCO Design Intelligence*, o *Workshop de Design Thinking sobre Endometriose* abordou uma doença que atinge cerca de 10% das mulheres em idade fértil e compromete diferentes aspectos de sua vida profissional e social.

Os 25 participantes – representantes do Ministério da Saúde, da ONU Mulheres, especialistas e jornalistas – aprenderam que enfrentar a endometriose requer melhorar o seu diagnóstico e tratamento e reconhecer socialmente a dor e o sofrimento das portadoras.

Como resultado, surgiram ideias de plataformas digitais e apps, intervenções políticas, ensino sobre o assunto nas escolas e campanhas de sensibilização.





NOVEMBRO (19 E 20)

A ProMul prestigiou o lançamento da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal da cidade litorânea de Penha e participou de evento da campanha *Outubro Rosa contra o Câncer de Mama* na cidade de Rancho Queimado, ambas em Santa Catarina.

A vereadora Regiane Severino (MDB) é a primeira procuradora e os vereadores Maurício da Costa (MDB) e Jesuel Francisco Capela (PSDB) foram nomeados procuradores adjuntos. A Câmara Municipal é presidida pela vereadora Maria Juraci Alexandrino (MDB).

A deputada federal Carmen Zanotto (PPS-SC) enviou vídeo de saudação à iniciativa, que mobilizou órgãos públicos, entidades e lideranças políticas dos municípios de São José, Pomerode, Camboriú, Balneário Camboriú e Balneário Piçarras.

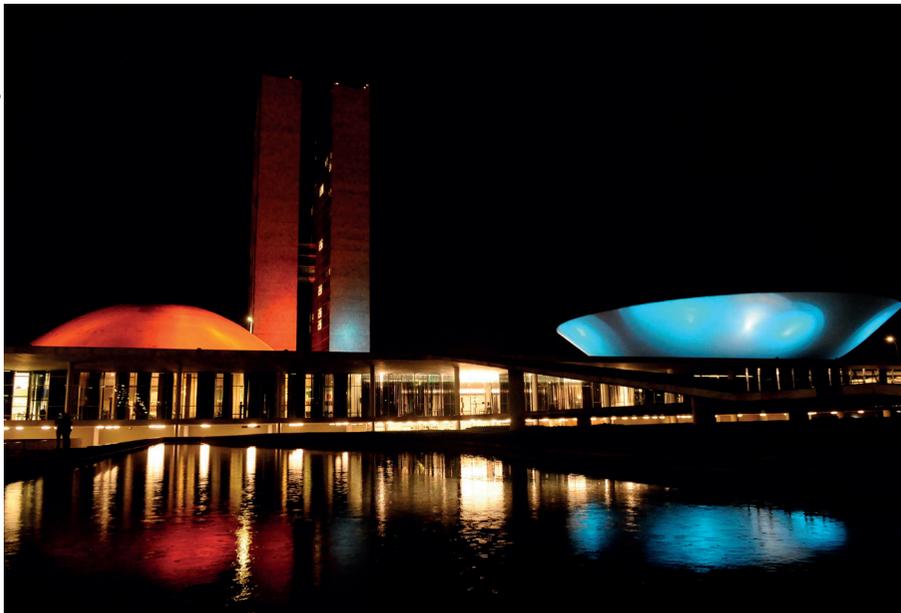


NOVEMBRO (20)

Dezenas de lideranças políticas e comunitárias lotaram o auditório da Assembleia Legislativa na capital São Luís para o lançamento da Campanha *16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*, com a presença da procuradora Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora falou sobre o *Papel do Parlamento na Luta pelo Enfrentamento à Violência* e destacou a necessidade de os órgãos públicos trabalharem de forma compartilhada.

“Falamos da corresponsabilidade entre os poderes em favor da eficiência da rede de atendimento à mulher. Legislativo, Executivo e Judiciário precisam atuar conjuntamente, e vemos que no Maranhão essa é a palavra de ordem do governo. Parabéns às equipes e a todas as gestoras municipais aqui presentes”, afirmou.



NOVEMBRO (20)

Em sintonia com a campanha internacional *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher*, a cúpula do Senado foi iluminada com a cor laranja durante a segunda quinzena de novembro e a primeira semana de dezembro.

O movimento acontece anualmente desde 1991. Hoje, mais de 160 países apoiam as atividades, que se iniciam em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, e vão até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Realizada no Brasil desde 2003, a campanha começa em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

O tema escolhido pelo Senado em 2018 foi *Mau Atendimento também é Violência*, uma forma de melhorar os serviços e evitar a violência institucional.

NOVEMBRO (20)

“A educação é fator-chave para enfrentar a violência contra a mulher”. A frase da senadora Regina Sousa (PT-PI) sintetizou o debate promovido pela ProMul e pela seção brasileira do Fórum de Mulheres do Mercosul (FMM-DF), presidida por Mara Dall’Negro.

Olgamir Amancia, decana de Extensão da Universidade de Brasília; Lúcia Bessa, integrante do FMM-DF e da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal; Thiago Pierobom, promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e Ramíla Moura, jornalista da ProMul compuseram a mesa.

O evento inaugurou o calendário de atividades do Senado nos *16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher*.





NOVEMBRO (27)

Roberta Viegas, coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência, participou de evento realizado pela Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará para discutir violência de gênero no Brasil.

Pesquisa do DataSenado de 2017 mostra um aumento no número de mulheres que sofrem violência perpetrada por ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorado.

O diversificado público ouviu com atenção as exposições de Manuela D'Ávila (PCdoB), deputada estadual e procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Cristina Buarque, da Fundação Joaquim Nabuco; Daniel Lima, pesquisador; e Zelma Madeira, da Universidade Estadual do Ceará e coordenadora Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial.



NOVEMBRO (24)

A ProMul participou de encontro para discutir a implantação de procuradorias municipais da mulher no Maranhão, organizado pela deputada Valéria Macedo (PDT), procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado.

Mais de 200 lideranças políticas compareceram ao evento para reforçar a representação feminina e fazer com que as políticas públicas alcancem a todas, e cada vez mais os espaços sejam ocupados pelas pautas femininas, com debates, oficinas e eventos educativos.

Autoridades dos poderes Executivo e Legislativo e integrantes dos movimentos sociais prestigiaram a atividade aberta com a exibição do grupo de teatro *Lamparina*, com a peça *Flores e Lutas, Mulheres Guerreiras*, que representa personagens como Maria Bonita, Carmem Miranda e Chiquinha Gonzaga.



NOVEMBRO (27) A DEZEMBRO (1º)

Uma turma exclusivamente feminina participou do curso sobre Liderança e Empoderamento, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Aberto a servidoras efetivas e comissionadas, terceirizadas e menores aprendizes do Senado, o curso alcançou 25 mulheres.

No conteúdo preparado pela facilitadora Dalva Moura, as aulas ministradas por especialistas versaram sobre gênero, sexo, raça, machismo, feminismo, patriarcado, empoderamento, liderança, gestão, preconceitos, discriminação, Lei Maria da Penha, violência contra a mulher, assédios moral e sexual, comunicação eficaz, princípios da neurolinguística e mercado de trabalho.

A consultora legislativa Isis Marra falou da trajetória da ProMul e do acompanhamento de projetos de interesse da Bancada Feminina.



NOVEMBRO (20)

Um grupo de bailarinas e musicistas em pernas de pau encheu os olhos, ouvidos e corações do público reunido no auditório Petrônio Portella do Senado. A iniciativa da ProMul, da *Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica* e da farmacêutica *Roche* foi complementar ao Dia Internacional de Luta contra o Câncer.

Acompanhadas pela flautista Karina Neves, o grupo de pernas de pau formado por Raquel Potí, Sofia Kern e Courtney Allen mostrou desenvoltura acrobática e musical nas coreografias, cantos e acompanhamentos musicais – com teclado de sopro, pandeiro e zabumba – de um repertório que foi de Pixinguinha a Villa-Lobos. Entre as presenças, José Kinn, embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia; uma comissão de mulheres da Embaixada da China; servidoras e servidores da Casa; e fãs das bailarinas.



NOVEMBRO (30)

Servidoras e servidores do Senado participaram da 7ª edição do *Fórum Mulheres em Destaque*, em São Paulo. O encontro de líderes tem o propósito de apresentar exemplos de processos em que as corporações adotam programas voltados à equidade de gênero, além de discutir pesquisas, estudos e casos de sucesso.

A diretora-geral, Ilana Trombka, fez palestra no painel *Sororidade – Mulheres apoiam Mulheres*, quando apresentou o *Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade*, que destina 2% das vagas de contratos de terceirização da Casa a mulheres vítimas de violência doméstica e é uma parceria com o Governo de Brasília.

DEZEMBRO (4)

A abertura do curso *Refletindo sobre a Lei Maria da Penha* com Jovens Aprendizes contou com a exibição do curta-metragem *Crespos*, e um debate com seus realizadores, Paulo Igor Freitas (diretor) e Grazielle Caetano (roteirista).

Organizado pelo Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, com apoio da ProMul, a atividade fez parte da programação dos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher*.

Os adolescentes foram divididos em duas turmas para conhecerem a lei e se qualificarem para produção de um vídeo de um minuto, que serviu como trabalho de conclusão do curso.

A iniciativa foi conduzida pelas servidoras Mariana Taccolini, cientista social e estagiária do Programa Pró-Equidade, e Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade.





DEZEMBRO (6)

Primeira mulher a atingir o posto máximo de comando na Marinha brasileira, a contra-almirante Dalva Mendes foi homenageada, durante sessão plenária, pelas senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA), e pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

A senadora Vanessa comemorou a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do PLC nº 147/2017, que libera o acesso das mulheres a todos os cargos de oficiais da Marinha.

O projeto estabelece que as mulheres poderão integrar o corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais. Essas funções são, atualmente, restritas a militares do sexo masculino, sendo franqueadas às mulheres tarefas associadas aos cuidados, como a carreira de médica, trilhada pela contra-almirante.

DEZEMBRO (8)

A ProMul participou do Encontro Estadual *Enfrentar a Violência com o Empoderamento de Mulheres*, no auditório da Assembleia Legislativa do Acre, em Rio Branco, organizado pela União Brasileira de Mulheres (UBM). A pioneira Rita Batista foi homenageada *in memoriam* pela ex-deputada Perpétua Almeida, pela trajetória de lutas e dedicação à causa emancipacionista.

Ministrada pela desembargadora Eva Evangelista, a palestra inicial abordou o tema *Violência contra a mulher no estado do Acre*, quando elucidou dados preocupantes sobre o aumento dos casos de violência nos 22 municípios do estado.

A coordenadora da ProMul, Rita Polli, levou palavra de saudação da procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e ministrou a oficina *Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida* para 60 mulheres.



Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

